

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FABIANO ANGHINONI

**ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DOS CLUBES
DE FUTEBOL DO RIO GRANDE DO SUL PARTICIPANTES DAS SÉRIES A E B
DO CAMPEONATO BRASILEIRO**

CAXIAS DO SUL

2018

FABIANO ANGHINONI

**ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DOS CLUBES
DE FUTEBOL DO RIO GRANDE DO SUL PARTICIPANTES DAS SÉRIES A E B
DO CAMPEONATO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites
Orientador TCC II: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites

CAXIAS DO SUL

2018

FABIANO ANGHINONI

**ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DOS CLUBES
DE FUTEBOL DO RIO GRANDE DO SUL PARTICIPANTES DAS SÉRIES A E B
DO CAMPEONATO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites
Orientador TCC II: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Eduardo Tomedi Leites
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Dr. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Dr. Fernando Luis Bertolla
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho a todas as pessoas que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e contribuindo para que o mesmo atingisse seus objetivos. Em especial a minha mãe, que me deu todo o apoio e suporte necessários para a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Prof. Me. Eduardo Tomedi Leites pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada e contribuíram para a minha graduação.

Deixo um agradecimento especial à minha família, namorada, amigos e colegas que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando durante toda a graduação. Agradeço pela compreensão e por acreditarem em minhas escolhas, apoiando-me e esforçando-se junto a mim, para que eu pudesse atingir meus objetivos e este trabalho obtivesse o resultado esperado.

“Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que algum dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.”

Ayrton Senna

RESUMO

O futebol é um dos esportes mais populares do mundo, dessa forma as pessoas estão cada vez mais interessadas não somente nos fatos que acontecem em uma partida, mas também em buscar informações sobre a gestão e a situação financeira dos clubes. Para isso, é necessário que os mesmos se adaptem às normas internacionais de contabilidade e adotem práticas de transparência em sua gestão, de modo que a informação se torne acessível aos usuários. Além disso, essas práticas possibilitam a análise de diversos indicadores que auxiliam nos controles internos da entidade e proporcionam uma melhor avaliação dos resultados passados e permitem elaborar com mais precisão o planejamento futuro. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar os principais índices econômicos e financeiros dos clubes gaúchos participantes das séries A e B do campeonato brasileiro de 2018. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental onde se buscou o embasamento teórico acerca do tema. Após, foi realizada a coleta dos dados necessários através das demonstrações contábeis de 2015 a 2017, a fim de possibilitar o cálculo dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade dos clubes da amostra. Os resultados encontrados foram apresentados através de tabelas que possibilitaram uma análise individual dos clubes, onde verificou-se, dentre outras informações, baixos índices de liquidez e elevados percentuais de endividamento. Nestes resultados ocorreram diversas variações ao longo dos exercícios compreendidos na análise, ora positivas, ora negativas. Por fim, foi realizado um comparativo entre os clubes analisados considerando apenas os índices apurados ao final de 2017. Concluiu-se que os índices estudados não foram satisfatórios para os clubes da amostra, que apresentaram baixa liquidez e elevado percentual de endividamento. Porém, os mesmos estão adotando uma série de medidas buscando reverter esta situação desfavorável a médio e longo prazo, inclusive, em alguns casos já é possível visualizar os efeitos positivos resultantes da adoção de boas práticas de governança.

Palavras-chave: Contabilidade. Demonstrações contábeis. Clubes de futebol. Campeonato brasileiro. Índices. Liquidez. Endividamento. Rentabilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica da quantidade de equipes por estado54

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Equipes participantes do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018	53
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais informações contábeis do Grêmio Football Porto Alegre ..	56
Tabela 2 – Índices de liquidez do Grêmio Football Porto Alegre	57
Tabela 3 – Índices de endividamento do Grêmio Football Porto Alegre	59
Tabela 4 – Índices de rentabilidade do Grêmio Football Porto Alegre	60
Tabela 5 – Principais informações contábeis do Sport Club Internacional	62
Tabela 6 – Índices de liquidez do Sport Club Internacional	63
Tabela 7 – Índices de endividamento do Sport Club Internacional	64
Tabela 8 – Índices de rentabilidade do Sport Club Internacional	65
Tabela 9 – Principais informações contábeis do Esporte Clube Juventude	67
Tabela 10 – Índices de liquidez do Esporte Clube Juventude	68
Tabela 11 – Índices de endividamento do Esporte Clube Juventude	69
Tabela 12 – Índices de rentabilidade do Esporte Clube Juventude	70
Tabela 13 – Principais informações contábeis do Grêmio Esportivo Brasil	72
Tabela 14 – Índices de liquidez do Grêmio Esportivo Brasil	73
Tabela 15 – Índices de endividamento do Grêmio Esportivo Brasil	75
Tabela 16 – Índices de rentabilidade do Grêmio Esportivo Brasil	76
Tabela 17 – Variação da receita líquida nos últimos três anos	77
Tabela 18 – Índices obtidos ao final de 2017 de todos os clubes da amostra	79

LISTA DE ABREVIATURAS

art.	artigo
ed.	edição
etc.	etcetera
Me.	mestre
n.	número
nº.	número
org.	organizador
p.	página
Prof.	professor

LISTA DE SIGLAS

AL –	Alagoas
BA –	Bahia
CBD –	Confederação Brasileira de Desportos
CBF –	Confederação Brasileira de Futebol
CE –	Ceará
CFC –	Conselho Federal de Contabilidade
DFC –	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL –	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRA –	Demonstração do Resultado Abrangente
DRE –	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA –	Demonstração do Valor Adicionado
FGF –	Federação Gaúcha de Futebol
FIFA –	Fédération Internationale de Football Association
GO –	Goiás
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS –	International Financial Reporting Standards
IPCA –	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ITG –	Interpretação Técnica Geral
LTDA –	Limitada
MA –	Maranhão
MG –	Minas Gerais
NBC –	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC ITG –	Norma Brasileira de Contabilidade Interpretação Técnica Geral
NBC T –	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBC TG –	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
PA –	Pará
PE –	Pernambuco
PL –	Patrimônio Líquido
PR –	Paraná
RJ –	Rio de Janeiro
RS –	Rio Grande do Sul
SC –	Santa Catarina

SP –	São Paulo
TCC –	Trabalho de Conclusão de Curso
TRI –	Taxa de Retorno sobre Investimentos
TRPL –	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido
TV –	Televisão
UCS –	Universidade de Caxias do Sul

LISTA DE SÍMBOLOS

R\$	reais
%	por cento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	17
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	18
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	20
1.4	OBJETIVOS	20
1.4.1	Objetivo geral	20
1.4.2	Objetivos específicos	20
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	CONTABILIDADE.....	22
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	23
2.2.1	Análise das demonstrações contábeis	25
2.3	INDICADORES.....	26
2.3.1	Índices de Liquidez	27
2.3.1.1	Índice de Liquidez Geral.....	28
2.3.1.2	Índice de Liquidez Corrente.....	29
2.3.1.3	Índice de Liquidez Seca.....	30
2.3.1.4	Índice de Liquidez Imediata	32
2.3.2	Índices de Endividamento	32
2.3.2.1	Participação do capital de terceiros (Grau de Endividamento)	34
2.3.2.2	Composição do endividamento	34
2.3.2.3	Endividamento Geral	36
2.3.3	Índices de Rentabilidade	36
2.3.3.1	Taxa de Retorno sobre Investimentos	38
2.3.3.2	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	39
2.3.3.3	Margem Líquida.....	40
2.3.3.4	Giro do Ativo.....	41
2.4	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	42
2.5	ASPECTOS CONTÁBEIS APLICÁVEIS AOS CLUBES DE FUTEBOL	43
2.5.1	Registros Contábeis	45

2.5.2	Demonstrações Contábeis para Entidades Desportivas	46
3	METODOLOGIA	48
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	48
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	50
4	ESTUDO	51
4.1	APRESENTAÇÃO	51
4.2	COLETA DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	52
4.2.1	Grêmio Football Porto Alegrense	55
4.2.1.1	Apresentação das demonstrações contábeis	56
4.2.1.2	Análise das demonstrações contábeis através de índices	57
4.2.1.2.1	Índices de liquidez	57
4.2.1.2.2	Índices de endividamento	59
4.2.1.2.3	Índices de rentabilidade	60
4.2.2	Sport Club Internacional	61
4.2.2.1	Apresentação das demonstrações contábeis	62
4.2.2.2	Análise das demonstrações contábeis através de índices	63
4.2.2.2.1	Índices de liquidez	63
4.2.2.2.2	Índices de endividamento	64
4.2.2.2.3	Índices de rentabilidade	65
4.2.3	Esporte Clube Juventude	66
4.2.3.1	Apresentação das demonstrações contábeis	67
4.2.3.2	Análise das demonstrações contábeis através de índices	68
4.2.3.2.1	Índices de liquidez	68
4.2.3.2.2	Índices de endividamento	69
4.2.3.2.3	Índices de rentabilidade	70
4.2.4	Grêmio Esportivo Brasil	71
4.2.4.1	Apresentação das demonstrações contábeis	72
4.2.4.2	Análise das demonstrações contábeis através de índices	73
4.2.4.2.1	Índices de liquidez	73
4.2.4.2.2	Índices de endividamento	75
4.2.4.2.3	Índices de rentabilidade	76
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

5	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	ANEXO A – NOTAS EXPLICATIVAS DE 2016 E 2017 DO SPORT CLUB INTERNACIONAL	92

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

O futebol é o esporte preferido de muitas pessoas no mundo todo, e no nosso país essa relação se torna ainda mais forte. Segundo Guterman (2009, p. 9), “o futebol é o maior fenômeno social do Brasil. Representa a identidade nacional e também consegue dar significado aos desejos de potência da maioria absoluta dos brasileiros”.

Hoje em dia é difícil encontrar alguém que não torça pra algum time ou que não tenha admiração por algum jogador específico. Isso faz com que as pessoas busquem todo o tipo de informação acerca do assunto. O interesse em conhecer o dia a dia dos clubes e o seu funcionamento em todas as áreas faz com que esta prática esportiva não se limite somente aos fatos que acontecem dentro das quatro linhas, tornando os fatores extracampo cada vez mais presentes.

Esse esporte movimenta milhares de torcedores e milhões de reais nos cofres. Porém, o que prevalece no cenário econômico dos clubes é um endividamento crescente que compromete o planejamento das equipes. Segundo Fernando Trevisan, especialista em gestão esportiva, existe um problema de gestão no Brasil, onde os clubes são entidades sociais que não possuem profissionais na administração, afinal, os presidentes e diretores realizam trabalho voluntário. Além disso, o passivo fiscal, as contingências trabalhistas e dívidas bancárias representam os maiores gastos, fazendo com que os clubes se tornem dependentes das receitas de televisão (TURRER, 2015).

Para isso, é necessário que haja uma gestão econômico-financeira eficiente, embora em muitos casos isso se torne uma tarefa difícil devido à falta de conhecimento de alguns dirigentes que acabam prejudicando a saúde financeira dos clubes na busca por resultados imediatos.

Conforme Zulmir Breda, vice-presidente técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), embora os clubes de futebol sejam considerados entidades sem fins lucrativos, eles precisam ser tratados como empresas e ter a mesma transparência de entidades públicas (WIGHTMAN, 2017).

Por isso é necessário que a contabilidade das entidades desportivas seja elaborada em conformidade com os padrões internacionais e normas contábeis, mas

também que esteja de acordo com as estruturas de controle interno, de modo a auxiliar nos processos gerenciais da entidade. Afinal, o futebol está diretamente ligado à economia e geração de empregos, sejam eles diretos ou indiretos.

A elaboração adequada das demonstrações contábeis faz com que os gestores possam avaliar com mais precisão os resultados obtidos em cada exercício, possibilitando a realização de análises ao longo do tempo com o objetivo de visualizar o desempenho da entidade em períodos passados e realizar seu planejamento para os exercícios futuros.

Foi a partir do surgimento da Lei 9.615/98, também conhecida como “Lei Pelé”, que ocorreu uma mudança na gestão dos clubes. A partir deste momento passou a ser exigido que os mesmos apresentem suas demonstrações contábeis e financeiras, e, após serem submetidas à auditoria independente, providenciem a sua publicação até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente.

Essa obrigatoriedade fez com que a gestão dessas entidades se tornasse mais transparente, afinal o que antes era um assunto restrito aos diretores executivos e conselho de administração, agora pode ser acessado por todas as pessoas que tenham interesse em conhecer as finanças do clube.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

A contabilidade é importante em qualquer entidade, pois é através dela que os usuários podem obter informações sobre o resultado econômico da gestão, além de auxiliar na tomada de decisões. Esses dados são obtidos mediante registros, demonstrações e a interpretação dos resultados alcançados.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis adquirem um papel fundamental para que haja o bom entendimento das informações, desde que sejam apresentadas de maneira adequada e que atendam às normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Assim como em qualquer empresa, os clubes de futebol precisam estar adaptados às normas e apresentar as suas demonstrações de acordo com as determinações do CFC. Essa obrigatoriedade exige uma escrituração contábil eficiente e gestão transparente, pois milhões de usuários poderão ter acesso aos resultados apurados em cada exercício. Além disso, com os dados apresentados é possível calcular os principais indicadores econômicos e financeiros, com o objetivo

de analisar a situação da entidade como um todo e possibilitar que a gestão realize o seu planejamento para os próximos anos.

Essas práticas são importantes para que os riscos sejam minimizados e se obtenham resultados positivos ao final de cada período, porém, o que acaba se tornando prática corriqueira é exatamente o oposto. Muitos dirigentes assumem os clubes sem ter os conhecimentos necessários para geri-los, dessa forma acabam prejudicando a saúde financeira dos mesmos. Tais atitudes podem até trazer algum resultado imediato dentro de campo, mas poderão ocorrer dificuldades financeiras em longo prazo.

À medida que o clube perde o controle sobre sua gestão, os resultados tendem a ser insatisfatórios tanto dentro, quanto fora de campo. Atrasos de salários, antecipação de receitas provenientes das cotas de televisão, comprometimento das receitas com quadro social, patrocínios e publicidade, atletas acionando o clube judicialmente, penhora da receita com bilheteria, culminando com contratações de empréstimos para honrar com seus compromissos. Dessa forma o clube deixa de ser sustentável sendo necessário antecipar e comprometer receitas para buscar resultados imediatos dentro de campo e evitar resultados piores.

Antigamente esse desequilíbrio que atravessava várias décadas e inúmeras gestões passava despercebido pelos torcedores, principalmente se o clube apresentasse resultados satisfatórios dentro de campo, porém, o cenário está mudando nos últimos anos. Cada vez mais os torcedores entendem que o sucesso no futebol não se restringe somente ao que acontece dentro de campo, mas passa inevitavelmente por uma boa gestão.

Dessa forma, esta pesquisa será realizada visando analisar as variações dos principais indicadores econômicos e financeiros dos clubes gaúchos que participaram do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018. Serão utilizadas como base para estudo as demonstrações contábeis referentes aos exercícios de 2015 a 2017, a fim de realizar uma análise dos resultados encontrados e avaliar a gestão dos mesmos.

Assim, de acordo com a delimitação do tema proposto a questão de pesquisa é: Qual o comportamento dos índices econômicos e financeiros dos clubes de futebol do Rio Grande do Sul que participaram do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018, de acordo com as demonstrações contábeis dos últimos três anos?

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

H₁: Com a obrigatoriedade da publicação das demonstrações contábeis os clubes de futebol apresentam uma gestão transparente, porém pouco eficiente.

H₂: A maioria dos clubes do futebol brasileiro não apresentam indicadores econômicos e financeiros favoráveis.

H₃: Os clubes estão apresentando suas demonstrações contábeis de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o comportamento dos índices econômicos e financeiros dos clubes de futebol do Rio Grande do Sul que participaram do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018, de acordo com as demonstrações contábeis dos últimos três anos.

1.4.2 Objetivos específicos

- Realizar o levantamento teórico relacionado à legislação esportiva e normas contábeis.
- Buscar as demonstrações contábeis de 2015 a 2017 dos clubes de futebol que compõem a amostra.
- Calcular os principais índices econômicos e financeiros destes clubes.
- Analisar os resultados encontrados.
- Estabelecer um comparativo entre os clubes da amostra.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo consta uma contextualização do tema, bem como os objetivos gerais e específicos, questão de pesquisa e justificativa.

No segundo capítulo estão apresentados diversos aspectos teóricos sobre contabilidade, análise e apresentação das demonstrações contábeis, bem como sua

utilização nos clubes de futebol. Este capítulo tem o objetivo de evidenciar os principais indicadores econômicos e financeiros que são utilizados para realizar a análise das demonstrações contábeis. Além disso, estão evidenciados os principais aspectos contábeis aplicáveis aos clubes de futebol.

No capítulo três é abordada a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento do estudo, onde estão apresentados os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

No quarto capítulo encontra-se o desenvolvimento do estudo de caso, onde estão evidenciados os principais indicadores que compõem esse estudo, obtidos através da análise das demonstrações contábeis dos últimos três anos dos clubes de futebol do Rio Grande do Sul que participaram do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018. Neste capítulo também é realizada uma análise horizontal com os resultados obtidos, além de um comparativo entre os clubes da amostra.

Ao final, no quinto capítulo, estão apresentadas as conclusões geradas a partir do estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

“A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com relatórios, demonstrações e análises da empresa em determinado momento, bem como sua evolução em determinado período” (IMPERATORE, 2017, p. 12). Além disso, “pode ser entendida como um modelo, e como tal busca representar simplificadamente a realidade econômica e financeira das entidades” (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2018, p. 9).

Também pode ser entendida como um instrumento que, através da coleta de dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando e agrupando-os na forma de relatórios, contribui para que a administração possa tomar decisões (IUDICIBUS; MARION, 2011).

O processo decisório decorrente destas informações não se restringe somente aos limites da empresa, mas também a outros segmentos, como investidores, fornecedores de bens e serviços, bancos, governo, sindicatos, funcionários, órgãos de classe, concorrentes, dentre outros (IUDICIBUS; MARION, 2011).

Ainda, segundo Padoveze (2016, p. 18), “a contabilidade é a ciência social que tem como objetivo o controle econômico de uma entidade”. Este controle é feito através da identificação, classificação, registro e mensuração dos fatos que provocam a existência e alterações nos bens, direitos e obrigações, dessa forma, podemos afirmar que a contabilidade é a ciência que controla o patrimônio da entidade (PADOVEZE, 2016).

Uma entidade passa a existir quando há ações ou decisões que façam com que um patrimônio exista. Por isso, o controle econômico de uma entidade pressupõe que as informações geradas pela contabilidade tenham utilidade para os processos decisórios subsequentes, uma vez que a maior parte das entidades (empresas) tem como referência sua existência permanente, sua perenidade, sua continuidade. Assim, o controle econômico pressupõe que as informações contábeis sejam úteis e necessárias para o processo de tomada de decisão de todos os interessados na informação contábil. (PADOVEZE, 2016, p. 18 e 19).

No que se refere aos objetivos da contabilidade, Imperatore (2017) ressalta os seguintes:

- Apresentar corretamente o patrimônio.
- Compreender e analisar as causas de suas mutações.
- Fornecer aos diferentes usuários informações sobre aspectos econômicos, físicos e financeiros do patrimônio.

Para que esses objetivos sejam atingidos, é necessária a utilização de um conjunto de procedimentos. São eles: escrituração, elaboração das demonstrações contábeis, verificação da exatidão dos dados através de auditoria e perícia e, finalmente, análise e interpretação das demonstrações contábeis (IMPERATORE, 2017).

Segundo Silva (2017, p. 3)

O trabalho do profissional de contabilidade se inicia com a interpretação e o registro dos fatos econômicos (escrituração), seguidos da apresentação da posição econômica, financeira e patrimonial da empresa, através da elaboração das demonstrações contábeis. Essas demonstrações são submetidas então à análise de auditores independentes, que confirmarão e validarão os valores nelas expressos através de emissão de relatório de auditoria, para finalmente serem submetidos ao processo de análise econômico-financeira. (SILVA, 2017, p. 3).

Ainda, conforme Silva (2017), assim como toda ciência a contabilidade evoluiu ao longo dos anos, sempre com o objetivo de apresentar aos seus usuários demonstrativos capazes de expressar a real posição patrimonial, econômica e financeira das entidades.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), as demonstrações contábeis são elaboradas com base na contabilização pelo regime de competência e apresentadas para usuários externos em geral, sendo utilizadas para finalidades distintas e atendem a necessidades diversas. Além disso, Melo e Barbosa (2018, p. 23) afirmam que “as demonstrações contábeis representam de forma clara e concisa a posição patrimonial e financeira da entidade, assim como o seu desempenho econômico-financeiro”.

Complementando a opinião dos autores citados, a NBC TG 26 explica que o objetivo das demonstrações é proporcionar informação sobre a posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. Também objetivam apresentar os resultados provenientes do modo em que a administração atua, levando em consideração seus deveres e responsabilidades na gestão cautelosa dos recursos que lhe foram confiados.

Para atender a esses objetivos, as demonstrações proporcionam informações da entidade sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas incluindo ganhos e perdas, alterações no capital próprio e fluxos de caixa. Essas informações em conjunto com demais dados constantes nas notas explicativas, ajudam os usuários a prever os futuros fluxos de caixa da entidade (CREPALDI, 2013).

No que diz respeito ao conjunto de demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades, a NBC TG 26 determina a elaboração das seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
- Notas Explicativas

Já para as entidades desportivas profissionais, a NBC ITG 2003 (R1) estabelece como obrigatória a elaboração do balanço patrimonial, DRE, DRA, DMPL, DFC e notas explicativas. Além disso, a mesma norma explica que o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício devem conter contas separando a atividade desportiva profissional das demais.

É importante ressaltar que elas devem ser elaboradas no pressuposto da continuidade, exceto se a administração tenha a intenção de cessar seus negócios ou liquidar a entidade (MELO; BARBOSA, 2018).

Ainda, Melo e Barbosa (2018, p. 24) explicam que “para melhorar o padrão de qualidade e dar maior transparência para os relatórios contábeis, a sua divulgação deve estar em consonância com os padrões internacionais”.

2.2.1 Análise das demonstrações contábeis

Conforme Marion (2012, p. 6) “é comum afirmar que a análise das demonstrações contábeis é tão antiga quanto a própria contabilidade”. Porém somente no final do século XIX essa prática se tornou mais sólida, pois os banqueiros americanos passaram a solicitar as demonstrações para as empresas que desejavam contrair empréstimos (MARION, 2012).

Segundo o mesmo autor,

A análise das demonstrações contábeis, também conhecida como análise das demonstrações financeiras, desenvolve-se ainda mais com o surgimento dos bancos governamentais bastante interessados na situação econômico-financeira das empresas tomadoras de financiamentos. (MARION, 2012, p. 7).

Saporito (2015, p. 25) afirma que “a análise das demonstrações contábeis é um dos campos de conhecimento que mais difundem a importância da contabilidade para profissionais não diretamente vinculados à profissão”. Além disso, conclui que no processo analítico o objeto não é avaliado de uma só vez, mas sim em função de todas as partes relevantes que o compõem (SAPORITO, 2015).

Conforme Padoveze e Benedicto (2011, p. 89) “a análise econômico-financeira tem por objetivo extrair informações das demonstrações contábeis para ser utilizada no processo de tomada de decisões da empresa”.

Ainda, de acordo com Silva (2017), através deste instrumento é possível analisar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial de uma entidade ao longo dos períodos. Além disso, podemos fazer comparações com tendências regionais ou de segmentos que a empresa atua, determinando perspectivas futuras e auxiliando os gestores na tomada de decisões.

Dependendo do tipo de análise feita, as comparações entre empresas analisadas devem ser restritas ao mesmo setor de atuação, pois alguns indicadores de análise podem ser considerados ruins para um determinado setor de atividade, mas adequados para outros. Ou seja, não há uma interpretação única para indicadores de análise. É preciso levar em conta não somente o setor da atividade da empresa estudada, mas também fatores complementares que podem mudar a opinião do analista. (SAPORITO, 2015, p. 40).

Por atender a usuários internos e externos com diferentes interesses e focos de análise, Saporito (2015) explica que a análise das demonstrações contábeis é um instrumento flexível, pois permite ao analista valorizar o que for mais importante para sua necessidade. Além disso, afirma que não há uma única forma de analisá-las, mas sim conceitos de análise que podem variar de um usuário para outro.

Por sua relevância, os resultados obtidos na análise das demonstrações contábeis se destinam a um grupo muito abrangente de usuários (*stakeholders*), os quais podem ser internos e externos, que a utilizarão principalmente como instrumento de decisões de financiamento e investimento. (SILVA, 2017, p. 7).

Marques, Carneiro Junior e Kühl (2015) citam como exemplos de usuários da análise contábil os administradores, gerentes operacionais, empregados, associações sindicais, fornecedores, clientes, entidades governamentais de fomento, autoridades tributárias, órgãos públicos de arrecadação e fundos de investimento.

Para realizar a análise das demonstrações, devemos aplicar algumas técnicas adequadas. Marion (2012) explica que as mais utilizadas são: análise de indicadores financeiros e econômicos; análise horizontal e vertical; análise da taxa de retorno sobre investimentos e análise dos fluxos de caixa e da demonstração de valor adicionado.

Entretanto, o mais importante para o analista não é apenas saber calcular, mas também deve interpretar esses índices e elaborar relatórios apresentando os pontos fortes e fracos do processo operacional e financeiro da empresa, com o objetivo de propor alternativas para a administração realizar seu planejamento futuro (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

2.3 INDICADORES

De acordo com Marion (2012), após selecionar as demonstrações a serem analisadas, deve-se averiguar a qualidade dessas demonstrações e efetuar a reclassificação das contas caso haja necessidade. Em seguida seleciona-se um conjunto de índices que melhor se ajuste ao tipo de análise, e, após o cálculo dos índices, o correto é compará-los aos de outras empresas do mesmo ramo de atividade.

Para Padoveze e Benedicto (2011), o conjunto de indicadores econômicos e financeiros basicamente consiste em números e percentuais resultantes de várias inter-relações possíveis entre elementos do balanço patrimonial e demonstração de resultados. Seu objetivo é buscar dados que forneçam maior clareza para a análise ou indiquem comprovações do desempenho econômico-financeiro da entidade.

Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só. (MARION, 2012, p 24).

Segundo o mesmo autor, o processo para avaliar os índices se divide em três etapas. A primeira é o cálculo do índice em questão com base em uma fórmula, em seguida deve-se interpretar e explicar o resultado obtido, por fim, a terceira etapa e mais importante é a conceituação do índice, ou seja, saber se é bom, razoável ou ruim. Entretanto, o analista deverá tomar uma série de precauções ao interpretar um índice, pois muitas vezes pode dar uma imagem distorcida da situação (MARION, 2012).

“Os índices financeiros podem ser divididos em três diferentes categorias, conforme o quesito que pretendemos avaliar por meio de sua utilização. Há índices para avaliar liquidez, estrutura e rentabilidade” (SAPORITO, 2015, p.150).

2.3.1 Índices de Liquidez

“São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos” (MARION, 2012, p 75).

Corroborando com o autor citado anteriormente, Assaf Neto (2015) afirma que os índices de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa perante seus diversos compromissos financeiros.

A partir destes conceitos, o analista deve ficar atento para a capacidade de pagamento da empresa. Ela deve ser avaliada considerando a qualidade e a capacidade dos direitos serem convertidos em moeda corrente, além de observar se as dívidas existentes possam ter prazos diferenciados de vencimento ou serem passíveis de atualização (SILVA, 2017).

Porém, Matarazzo (2010, p. 99 apud SILVA, 2017, p. 144) entende que não se deve confundir liquidez com capacidade de pagamento,

Muitas pessoas confundem índices de liquidez com os índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc. (MATARAZZO, 2010, p. 99 apud SILVA, 2017, p. 14).

Sendo assim, é importante que a análise da liquidez seja feita de modo a compará-la com vários exercícios, não apenas da mesma empresa, mas também com seus principais concorrentes, pois dessa forma será possível identificar o comprometimento do capital de giro e avaliar a capacidade de contrair novas obrigações. Para isso, utilizamos as análises horizontal e vertical, que, em conjunto com a análise dos indicadores, permitirão a identificação dos principais motivos que levaram a ocorrer variações nos indicadores de liquidez da empresa. Além disso, não deve ser descartada a leitura da DFC, pois através dela é possível apontar as possíveis causas de falta ou excesso de disponibilidades (SILVA, 2017).

Além disso, o analista financeiro deve estar ciente de que esses indicadores se referem apenas a uma data e não devem ser avaliados como indicadores definitivos da capacidade de pagamento. Cabe ao analista verificar as possibilidades futuras da empresa gerar novos lucros, aumentar ou diminuir seus ativos realizáveis e passivos exigíveis (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

Por fim, os índices de liquidez podem ser classificados em liquidez geral, corrente, seca e imediata, porém, não devem ser analisados isoladamente (MARQUES; CARNEIRO JUNIOR; KÜHL, 2015).

2.3.1.1 Índice de Liquidez Geral

“O quociente de liquidez geral é obtido pela relação entre os ativos circulante e não circulante realizável a longo prazo, e os passivos exigíveis de curto e longo prazo” (MARQUES; CARNEIRO JUNIOR; KÜHL, 2015, p. 117).

Em outras palavras, Marion (2012) explica que este índice mostra a capacidade de pagamento a longo prazo, considerando tudo o que a empresa converterá em dinheiro, relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida.

Conforme Silva (2017), o índice de liquidez geral é interpretado no sentido de que quanto maior, melhor, e pode ser obtido aplicando a seguinte equação:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Como podemos observar através da fórmula e conclusões dos autores, a liquidez geral é calculada considerando o total dos valores a receber e dívidas a pagar, sem distinção de prazos.

Dessa forma, é importante o analista estar atento ao fato que,

Essa relação não segrega as dívidas em função de seus prazos de vencimento, e nem os direitos em razão de seus prazos de realização. Além disso, não considera as características dos ativos e passivos incluídos no cálculo. Pode acontecer das obrigações estarem concentradas em empréstimos de curto prazo (item do passivo circulante), ao passo que o ativo concentra aplicações em recebíveis de longo prazo. (MARQUES; CARNEIRO JUNIOR; KÜHL, 2015, p. 117).

Portanto, se existir divergências entre as datas de recebimentos e pagamentos, a análise de longo prazo pode gerar distorções relevantes. Neste caso é importante identificar a composição e finalidade dos créditos a receber e financiamentos de longo prazo (SILVA, 2017).

2.3.1.2 Índice de Liquidez Corrente

Este índice mostra a capacidade de pagamento em curto prazo, através da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Pode ser considerado o indicador mais importante da situação financeira de uma empresa, pois é através dele que podemos analisar se a mesma conseguirá honrar seus compromissos de curto prazo (MARION, 2012).

Silva (2017) explica que quanto maior o índice encontrado, melhor, e que podemos realizar o cálculo através da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Saporito (2015) entende que se o ativo circulante representa os valores a receber em um intervalo de até 360 dias da data do balanço e o passivo circulante faz o mesmo com os pagamentos futuros no mesmo prazo, assim o índice de liquidez representa a quantidade de reais a receber em até 360 dias para cada real a pagar durante o mesmo período.

Entretanto, Marion (2012) relaciona alguns aspectos a serem observados ao analisar o índice de liquidez corrente:

- Este indicador não apresenta a qualidade dos itens do ativo circulante. Os estoques podem ser obsoletos e os títulos a receber não ser totalmente recebíveis.
- Este índice não demonstra a combinação entre recebimentos e pagamentos, ou seja, através dele não é possível identificar se os recebimentos ocorrerão em tempo hábil para pagar as dívidas em seu prazo de vencimento.
- O índice pode apresentar distorções em razão dos critérios utilizados para a avaliação dos estoques.

De maneira geral e isoladamente, quando o resultado deste índice for superior a 1,0 é considerado positivo. Porém, é preciso analisar outros parâmetros importantes, como a rapidez que os ativos circulantes podem ser convertidos em dinheiro e a as peculiaridades do negócio da empresa e seu ramo de atividade (MARION, 2012).

Portanto, para melhor avaliar os índices de liquidez é aplicado o conceito de índices-padrão, que representam índices médios de diversas empresas do mesmo ramo de atividade, e que servirão de parâmetro para comparação (MARION, 2012).

2.3.1.3 Índice de Liquidez Seca

Existe forte relação entre este indicador com o de liquidez corrente. Ele se torna muito útil quando precisamos ver a capacidade de pagamento da empresa em situações em que a rotação de estoque é muito baixa, o que pode refletir má gestão sobre o volume de compras de mercadorias ou matéria prima (SILVA, 2017).

Conforme explica Marion (2012), o índice de liquidez seca avalia a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto prazo caso seu estoque se torne obsoleto ou ocorra uma paralização total das suas vendas.

É calculado através da relação entre o ativo circulante e passivo circulante, porém, deduzindo o valor dos estoques. Assim, esse procedimento avalia a capacidade de pagamento somente com caixa e equivalentes, contas a receber e outros ativos circulantes (MARQUES; CARNEIRO JUNIOR; KÜHL, 2015).

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber. (ASSAF NETO, 2015, p. 188).

De acordo com Silva (2017), este índice é calculado da seguinte forma, e interpretado no sentido de que quanto maior, melhor:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A razão para desconsiderar os estoques ao efetuar esse cálculo se deve ao maior risco em comparação com outras contas relevantes, como clientes. Afinal, os estoques estão sujeitos a perdas por avaria, roubos, obsolescência, além de diversas dificuldades para realizar a sua venda (SAPORITO, 2015). Embora conservador, os banqueiros gostam muito desse índice justamente por não levar em consideração os valores em estoque, que é o item mais manipulável do balanço (MARION, 2012).

Marion (2012) explica que esse índice, assim como os demais, deve ser analisado no conjunto com outros, além disso, nem sempre um índice de liquidez baixo é indício de má situação financeira. Algumas empresas, como supermercados, apresentam valores elevados de estoque e não há duplicatas a receber, pois as vendas normalmente são a vista. Nesse caso, o índice tende a ser baixo.

2.3.1.4 Índice de Liquidez Imediata

“Por sua vez, o índice de liquidez imediata avalia aquela garantia somente a partir dos recursos financeiros imediatamente disponíveis, ou seja, caixa, bancos e aplicações prontamente conversíveis em dinheiro” (MARQUES; CARNEIRO JUNIOR; KÜHL, 2015, p. 118).

“Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade” (ASSAF NETO, 2015, p. 187).

De acordo com Silva (2017), este indicador é calculado através da seguinte fórmula e sua interpretação se dá no sentido de que quanto maior, melhor:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para efeitos de análise, este é um índice sem muito destaque, pois é obtido relacionando dinheiro disponível com dívidas que vencerão em datas variadas, embora a curto prazo, ou seja, assim como há contas que vencerão em cinco ou dez dias, há as que vencerão daqui 360 dias e não se relacionam com a disponibilidade imediata (MARION, 2012).

Nem sempre reduções sucessivas nesse índice significam situações constrangedoras, podendo significar apenas uma política mais forte no que diz respeito às disponibilidades. Porém se houver sucessivas reduções na liquidez imediata associadas a constantes e crescentes atrasos no pagamento a fornecedores, pode-se ter um indicador relevante de dificuldades financeiras (MARION, 2012).

“Portanto, esse índice tem maior significado quando o analisamos de forma conjunta com o fluxo mensal de caixa da empresa, ou utilizamos a média dos saldos mensais das contas” (SILVA, 2017, p. 145).

2.3.2 Índices de Endividamento

É por meio desses indicadores que podemos observar o nível de endividamento da empresa, além disso, eles nos informam se a mesma utiliza mais

recursos de terceiros ou de seus proprietários para desenvolver suas atividades (MARION, 2012).

Segundo Marion (2012), é mais interessante trabalhar com capital de terceiros do que com capital próprio, principalmente em época inflacionária. Essa tendência é acentuada uma vez que esses exigíveis não geram encargos financeiros explicitamente para a empresa. Porém, uma participação elevada de capital de terceiros torna a empresa vulnerável.

A análise da composição do endividamento também é bastante significativa. Ainda, conforme Marion (2012),

Se a composição do endividamento apresentar significativa concentração no passivo circulante (curto prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão de mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no longo prazo). Na crise, ela terá poucas alternativas: vender seus estoques na base de uma “liquidação forçada” (a qualquer preço), assumir novas dívidas a curto prazo que, certamente, terão juros altos, o que aumentará as despesas financeiras. Se a concentração fosse a longo prazo, a empresa, num momento de revés, teria mais tempo para replanejar sua situação, sem necessidade de desfazer-se dos estoques a qualquer preço. (MARION, 2012, p. 96).

Ainda, segundo Marion (2012), na análise do endividamento há necessidade de detectar as características do indicador:

- Empresas que recorrem a dívidas como um complemento dos capitais próprios para realizar ampliação, expansão, modernização e demais aplicações produtivas em seu ativo: esse endividamento é sadio, pois as aplicações irão gerar recursos para honrar a dívida assumida.
- Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras que estão vencendo: esse endividamento não irá gerar recursos para saldar a dívida, fazendo com que seja necessário recorrer a empréstimos sucessivos. Dessa forma a empresa será séria candidata à falência.

Para uso interno, esses indicadores sinalizam o risco gerado pelos financiamentos, portanto, a administração deve estar atenta aos níveis de endividamento uma vez que muitos usuários externos utilizam destes indicadores para avaliar a solidez da empresa (SILVA, 2017). Entretanto, “assim como no estudo dos demais indicadores, não existem padrões universais para os índices de endividamento” (SILVA, 2017, p. 149). A melhor forma de interpretá-los é compará-

los com a média setorial e avaliar quais impactos a incorporação de possíveis despesas financeiras podem causar no resultado da empresa (SILVA, 2017).

2.3.2.1 Participação do capital de terceiros (Grau de Endividamento)

Conforme Bazzi (2016) esse indicador visa demonstrar o percentual do capital de terceiros existente em relação ao patrimônio líquido. Em outras palavras, Silva (2017, p. 149) explica que “os capitais de terceiros compreendem o somatório do passivo circulante e exigível a longo prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa”.

“A interpretação do índice de participação de capital de terceiros, quando feita de maneira isolada, tem o objetivo de avaliar o risco da empresa. Dessa forma, esse índice é avaliado no sentido de que quanto menor, melhor” (BAZZI, 2016, p. 57).

Silva (2017) indica que a fórmula utilizada para o cálculo deste índice é a seguinte:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Sendo,

Capitais de terceiros = Passivo circulante + passivo não circulante

Ainda, conforme destaca Silva (2017), uma das características das empresas falidas é o alto grau de endividamento, porém, a causa da falência não se restringe a isso, mas também a uma série de outros fatores como má gestão, falta de organização, má aplicação dos recursos disponíveis, projetos malsucedidos, entre outros.

2.3.2.2 Composição do endividamento

A composição do endividamento indica quanto do endividamento total da empresa deverá ser pago em curto prazo de tempo (BAZZI, 2016).

Ainda, segundo o mesmo autor, quanto mais curto for o vencimento das parcelas do endividamento, maior será o risco financeiro, por outro lado, as

empresas que oferecem obrigações concentradas no longo prazo, apresentam uma situação mais tranquila no curto (BAZZI, 2016).

Para Silva (2017), este índice deve ser interpretado no sentido de que quanto menor, melhor, e deve ser calculado utilizando a seguinte equação:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}}$$

Sendo,

Capitais de terceiros = Passivo circulante + passivo não circulante

Esse indicador permite visualizar o perfil da dívida da empresa. O alongamento do perfil pode ser explicado pela renegociação de dívidas antigas com vencimento no curto prazo ou contratação de novos empréstimos com vencimentos mais dilatados (SILVA, 2017).

Ainda, Silva (2017) explica que em relação ao perfil da dívida, devemos observar alguns aspectos durante a extração dos índices, são eles:

- a) Perfil de dívidas de curto prazo: Refere-se às dívidas que precisam ser pagas com recursos já disponíveis ou que venham a ser gerados em curto prazo.
- b) Perfil de dívidas de longo prazo: Nesse caso, a empresa dispõe de maior prazo para gerar recursos para quitá-la. Geralmente, aqui são classificadas as dívidas onerosas e captadas para investimentos de caráter permanente, a exemplo de Ativo Imobilizado. (SILVA, 2017, p. 151).

Outro aspecto interessante da dívida é a origem dos recursos. Saporito (2015, p. 158) explica que “a dívida onerosa é um fator especialmente preocupante, em que a empresa arca com encargos financeiros, pois os recursos não são obtidos de forma espontânea, mas principalmente por intermédio de instituições financeiras”.

Por sua vez, os passivos de funcionamento são aqueles que não revelam, pelo menos de forma explícita, quaisquer encargos financeiros. Dentro deste grupo podemos destacar salários e fornecedores a pagar, contribuições, taxas e impostos a recolher, dentre outros (ASSAF NETO, 2015).

2.3.2.3 Endividamento Geral

Conforme explica Luz (2014, p. 44) “este indicador demonstra a relação entre os capitais de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante) com o valor do passivo total”. Quanto menor a proporção entre os recursos de terceiros e o ativo, maior é a parte dos ativos que é financiada por recursos próprios. Porém, de nada adianta não ter dívidas com terceiros, se não puder contar com uma estrutura de ativos necessária para competir no mercado (LUZ, 2014).

Segundo o mesmo autor, este índice é calculado utilizando a seguinte equação:

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Passivo Total}}$$

Sendo,

Capitais de terceiros = Passivo circulante + passivo não circulante

Passivo total = Passivo circulante + passivo não circulante + patrimônio líquido

Ressalta-se atenção ao fato de que indicadores elevados de endividamento geral por muito tempo podem conduzir a empresa a uma probabilidade maior de passar por problemas financeiros. Qualquer oscilação brusca no ambiente econômico ou no setor de atuação da empresa que reduza seu nível de atividade pode fazer com que a mesma não tenha condições de cobrir os custos financeiros do endividamento em curto prazo. Dessa forma, o parâmetro básico de interpretação desse índice é quanto menor, melhor (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

2.3.3 Índices de Rentabilidade

Expressar a rentabilidade em termos absolutos tem utilidade informativa bastante reduzida. Se afirmarmos que a General Motors teve lucro de R\$ 5 bilhões em 2017 e que a empresa Descamisados Ltda. teve lucro de R\$ 200 mil no mesmo período, todo mundo vai perceber que a General Motors é uma empresa muito grande e a outra muito pequena, porém não refletirá qual delas obteve o maior retorno (MARION, 2012).

“O objetivo, então, é calcular a taxa de lucro, isto é, comparar o lucro em valores absolutos com valores que guardam alguma relação com o mesmo” (MARION, 2012, p. 131).

Em outras palavras, Marques, Carneiro Junior e Kühl, (2015, p. 130) afirmam que “os quocientes de rentabilidade relacionam usualmente uma medida específica de lucro relatada na, ou derivada da demonstração do resultado, à determinado(s) grupo(s) patrimonial(ais) do balanço”.

Quanto ao objetivo da análise da rentabilidade de uma empresa, Bazzi (2016) entende que,

A análise da rentabilidade das demonstrações contábeis nos mostra qual é a rentabilidade que a empresa tem do capital investido ao longo dos períodos analisados, isto é, qual foi o rendimento dos investimentos realizados e o grau de eficácia econômica da empresa. (BAZZI, 2016, p. 64).

Assim como os índices de liquidez e endividamento, recomenda-se avaliar o desempenho da entidade dentro do mesmo setor econômico. Afinal a rentabilidade média de empresas atacadistas, por exemplo, será muito diferente da rentabilidade de empresas prestadoras de serviços ou bancos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ; 2018).

No entanto, ao calcular os índices de rentabilidade deve-se considerar dois aspectos quando compararmos lucro com ativo ou lucro com patrimônio líquido. Muitos conceitos de lucro poderão ser utilizados, portanto é imprescindível que o numerador seja coerente com o denominador, ou seja, se for utilizado lucro líquido no numerador o denominador deverá ser o ativo total. Caso a opção seja por utilizar o lucro operacional, o denominador será o ativo operacional e assim sucessivamente. O segundo aspecto a ser observado é que tanto o ativo quanto o patrimônio líquido utilizados para o cálculo da taxa de retorno poderiam ser o médio, pois o que gerou o resultado é a média do ativo utilizado no ano, o mesmo vale para o patrimônio líquido. Porém, para fins de análise horizontal, o cálculo com o ativo ou patrimônio líquido final é válido (MARION, 2012).

Além disso, Silva (2017) explica que determinadas questões devem ser consideradas ao efetuar a análise de rentabilidade de uma empresa, pois algumas

ações podem repercutir de forma significativa no lucro líquido do exercício, como por exemplo:

- Diminuir o valor das despesas de depreciação alongando a vida útil do bem e reduzindo a taxa a ser contabilizada.
- Superestimar o valor dos estoques, deixando de contabilizar a baixa de itens obsoletos ou danificados, além de não reconhecer o valor de mercado quando este estiver abaixo do preço de custo de aquisição ou produção.
- Ignorar novas obrigações que deveriam estar contabilizadas na forma de provisões para cobrir demandas judiciais e passivos contingentes.
- Superestimar vendas que são realizadas de maneira demasiada para clientes cuja capacidade de pagamento não foi avaliada.

Praticamente todas as empresas almejam lucro ao final de determinado período, e ela somente atingirá essa meta se apresentar uma rentabilidade aceitável. Para medir isso são calculados alguns indicadores, dentre eles: retorno sobre investimentos, retorno sobre o patrimônio líquido e giro dos ativos (BAZZI, 2016).

2.3.3.1 Taxa de Retorno sobre Investimentos

O objetivo desse indicador é medir a eficiência da empresa na geração de lucro com seus investimentos totais. Se não houver variações significativas nos saldos do ativo, o analista poderá medir a relação direta entre o lucro líquido do exercício e o saldo do ativo. Caso contrário, utiliza-se o ativo médio, que é obtido pela média entre o ativo total do ano anterior com o ativo total do ano em curso (SILVA, 2017).

Conforme Silva (2017), este indicador é interpretado no sentido de que quanto maior, melhor, e é calculado através da seguinte fórmula:

$$TRI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total ou Ativo Médio}}$$

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), esse é um dos indicadores mais utilizados na prática, pois evidencia qual foi o resultado da empresa em relação aos

investimentos realizados. Afinal de contas, para que a empresa possa exercer suas atividades, ela necessita de investimentos variados, ou seja, a rentabilidade do negócio é dependente do capital investido na atividade.

O retorno sobre investimento é o índice que busca representar a conexão existente entre o resultado da empresa em relação ao volume dos recursos que nela foram investidos pelos sócios ou por terceiros. O resultado desse indicador é representado também em relação ao ativo total da empresa, e é considerado por muitos como o mais importante indicador de análise das demonstrações contábeis. (BAZZI, 2016, p. 66).

Ainda, Marion (2012) complementa afirmando que a rentabilidade é medida em função dos investimentos. Como as fontes de financiamento do ativo são capitais próprios e de terceiros, a sua administração adequada proporciona maior retorno para a empresa.

2.3.3.2 Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Esse indicador demonstra o retorno que os acionistas ou quotistas estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, ele pode aumentar quando a mesma elevar seu nível de endividamento, reduzindo a participação de capitais próprios. Essa situação pode ser entendida como favorável, porém os riscos com má gestão dos capitais de terceiros podem leva-la a enfrentar problemas de liquidez (SILVA, 2017).

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), este é o mais importante de todos os indicadores, pois verifica o retorno obtido pelos acionistas levando em consideração a estrutura de capital que a entidade utilizou em determinado período e demonstra a capacidade da empresa remunerar o capital que foi investido por eles.

A sua interpretação se dá no sentido de que quanto maior, melhor, e é calculado utilizando a seguinte equação (SILVA, 2017):

$$TRPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio ou Total}}$$

Conforme observa-se na equação e, segundo Silva (2017), se não ocorrer mudanças significativas na estrutura do patrimônio líquido (PL) bem como aportes de capital ao longo do exercício, o analista pode optar por realizar o cálculo através de relação direta entre o lucro líquido do exercício e o saldo do PL. Caso contrário, pode utilizar o patrimônio líquido médio, que é obtido pela soma dos saldos do PL do ano anterior com o saldo do ano em curso, dividido por dois.

Porém, Assaf Neto (2015) entende que a relação deve ser feita entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido, excluindo o lucro líquido do próprio exercício. Evitando assim relacionar lucro líquido com lucro líquido.

No entanto, para Martins, Miranda e Diniz (2018) o método de Assaf Neto (2015) seria válido somente se os lucros ainda estivessem no patrimônio líquido ou se não ocorreram demais modificações no PL por razões distintas do lucro. Os autores sugerem ainda o uso do PL inicial, porém, salientam que é preciso avaliar cada caso e que sejam feitos os ajustes necessários.

2.3.3.3 Margem Líquida

Este indicador também é conhecido como retorno sobre as vendas, e compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas no período, apresentando o percentual de lucratividade gerado. Assim como os demais índices, não existe um número ideal, o analista deverá compará-lo com média do segmento ou região onde a empresa está inserida, porém, deve interpretá-lo no sentido de que quanto maior, melhor (SILVA, 2017).

Ainda, Silva (2017) indica que para apurar este índice devemos utilizar a seguinte fórmula:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$$

De acordo com Assaf Neto (2015), a margem líquida mede a eficiência global da empresa. Se o índice for igual a 10%, demonstra que 90% das receitas de vendas foram utilizadas para cobrir os custos e despesas e 10% das vendas realizadas se apresentarão na forma de lucro líquido. Em outras palavras, de cada R\$ 1,00 de vendas, a empresa obtém R\$ 0,10 de lucro líquido.

A principal limitação desse índice é a incapacidade de apontar as causas de possíveis alterações bruscas de um período para outro, sendo necessário analisar outras margens ou indicadores para detectar os motivos que levaram a isso (MARQUES; CARNEIRO JUNIOR; KÜHL, 2015).

Silva (2017, p. 155) destaca que “muitos fatores podem influenciar a rentabilidade sobre as vendas, entre os quais destacamos o ramo de atividade, a rotação dos estoques, mercados, custos de produção, produtividades, entre outros”. Além disso, se a empresa atuar em um segmento onde a margem de lucro seja reduzida, ela não conseguirá aumentar os lucros promovendo um aumento do preço de venda. Nesse caso, o aumento do faturamento deverá ocorrer em virtude da conquista de novos mercados, a fim de aumentar o volume das vendas para ganhar no giro, através da alavancagem operacional e giro do ativo (SILVA, 2017).

Ainda, segundo Silva (2017), ao calcular este índice, o analista deverá atentar para os seguintes aspectos:

- Volume de despesas ou receitas não operacionais que podem alterar o resultado.
- Critérios de avaliação de estoques e apropriação de custos que podem afetar o valor do custo da mercadoria ou produto vendido e, portanto, no lucro.

2.3.3.4 Giro do Ativo

Esse índice estabelece uma relação entre as vendas líquidas da empresa e o seu ativo, de modo a indicar quanto a empresa vendeu para cada real investido. Ou seja, quanto mais conseguir girar o seu ativo, melhores serão os resultados (MARTINS; MIRANDA; DINIZ; 2018).

Conforme Silva (2017), este indicador deve ser interpretado no sentido de que quanto maior, melhor, e é calculado através da fórmula:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total ou Ativo Médio}}$$

Segundo Assaf Neto (2015), este índice aponta o número de vezes que o ativo total da empresa transformou-se em dinheiro em função das vendas realizadas

em um determinado período. Isso ocorre pelo uso mais eficiente dos investimentos e melhor desempenho das receitas operacionais de vendas.

Considerando-se um período de 1 ano, se o giro do ativo for igual a 2, significará que a empresa precisa, em média, de 6 meses para transformar todo o seu ativo em dinheiro. Em outras palavras, o volume das receitas operacionais corresponde a 2 vezes o total do ativo, incrementando sua taxa de retorno. (ASSAF NETO, 2015, p. 241).

Ainda, Assaf Neto (2015, p. 242), complementa explicando que ele “permite que se conheça principalmente o desempenho das aplicações realizadas, ou seja, a capacidade dos investimentos em produzir receitas operacionais”.

No entanto, Silva (2017) explica que para apurar o giro do ativo é preciso estar atento aos seguintes aspectos:

- Critérios de avaliação dos ativos, observando os efeitos da inflação e reavaliação dos mesmos.
- Itens com alta representatividade que não estejam relacionados com a produção e vendas, pois os mesmos podem superavaliar o ativo e adulterar o indicador.
- O indicador poderá apresentar distorções durante períodos em que a empresa estiver em fase de ampliação ou expansão.
- Caso ocorra mudança considerável no valor do saldo do ativo total de um exercício para outro, deve ser utilizado o saldo médio.

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Conforme Oliveira e Romão (2014), na gestão das instituições do terceiro setor e organizações religiosas deve predominar a transparência e o princípio da economicidade. Dessa forma, os gestores precisam ter alguma noção de análise de balanço patrimonial, a fim de saber qual é a situação econômico-financeira da instituição no momento de buscar recursos para a mesma. Assim como nas demais empresas, essas informações podem ser obtidas através da utilização de diversos indicadores econômicos e financeiros.

Para Marion (2002, p. 81 apud. Oliveira e Romão, 2014, p. 168), o cálculo inadequado de capital de giro e estoque, falhas no planejamento orçamentário,

inexperiência no ramo escolhido, problemas no contrato de locação, incompatibilidade entre sócios, fatores macroeconômicos e escolha do ponto, podem ser considerados os sete pecados das pequenas empresas e que contribuem para o fracasso dos negócios.

Em muitos casos, os fatores citados se refletem nas instituições do terceiro setor, onde o que mais se observa são gestores que desconhecem questões primordiais da administração, como falta de conhecimento técnico na área financeira. Por isso, não conseguem identificar em tempo hábil possíveis situações que possam comprometer a sequencia das atividades da instituição. (OLIVEIRA; ROMÃO, 2014).

2.5 ASPECTOS CONTÁBEIS APLICÁVEIS AOS CLUBES DE FUTEBOL

Segundo Nunes (2015), a primeira forma de regulamentação do esporte no Brasil, no que diz respeito à sua prática profissional, foi por meio do decreto-lei 3.199 de 14 de Abril de 1941, editado por Getúlio Vargas. Este decreto, conforme explica seu artigo 1º, estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país através da criação do Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva (BRASIL, 1941). Além disso, concebia o desporto como identidade nacional e integração social, vedando qualquer manifestação esportiva profissional que almejasse lucro (NUNES, 2015).

Em 1975, sob o contexto político da ditadura militar, foi editada a lei 6.251/75, que pouco alterou o decreto-lei 3.199/41. A intervenção do estado ainda era marcante, porém começava a surgir uma parcela de autonomia ao esporte (NUNES, 2015).

Ainda, conforme Nunes (2015), em 1993 foi editada a lei 8.672/93 conhecida também como lei Zico, que instituiu um modelo de organização do desporto pautado na sua privatização. Segundo o mesmo autor, os atletas passaram a ser livres para organizar a atividade profissional e as relações com o time passaram a ser feitas pela forma contratual. Além disso, as entidades de prática desportiva foram concebidas como pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Com o surgimento da lei 9.615/98, também conhecida como lei Pelé, ocorreu uma mudança na gestão das entidades desportivas. Para esta lei, que foi alterada pela lei 10.672/2003, a exploração e gestão do desporto profissional caracterizam-se

como uma prática de atividade econômica, e dessa forma está sujeita à observância dos princípios citados em seu art. 2º, parágrafo único.

Art. 2º, parágrafo único: A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente à observância dos princípios: I - Da transparência financeira e administrativa. II - Da moralidade na gestão desportiva. III - Da responsabilidade social de seus dirigentes. IV - Do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional. V - Da participação na organização desportiva do país. (BRASIL, 2003).

Além disso, ela determina que as entidades de prática desportiva apresentem suas demonstrações contábeis e financeiras, e, após serem submetidas à auditoria independente, providenciem a sua publicação até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente (BRASIL, 2003).

Posteriormente a isso, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da resolução 1.005/04, instituiu a NBC T 10.13. Esta norma trata sobre os critérios e procedimentos de avaliação, registros e estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades que direta ou indiretamente estejam ligadas a exploração da atividade desportiva profissional. Além disso, a NBC T 10.13 através do seu item 1.2, determina que para as entidades desportivas profissionais “aplicam-se os princípios fundamentais de contabilidade, bem como as normas brasileiras de contabilidade, suas interpretações técnicas e comunicados técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade”.

Em 25 de Janeiro de 2013 através da resolução CFC 1.429, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a interpretação técnica geral 2003, que alterou algumas resoluções da NBC T 10.13. No entanto, em adequação das NBCs ao padrão internacional de contabilidade (IFRS), o CFC realizou a primeira revisão nesta norma, que foi aprovada pelo seu plenário em 24 de Novembro de 2017 e passou a ser chamada de ITG 2003 (R1). As alterações incorporadas na norma entraram em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018 (GIROTTO, 2017).

2.5.1 Registros Contábeis

Segundo a NBC ITG 2003 (R1), item 3, “os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas, custos e despesas, segregando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais da entidade”.

Além disso, a mesma norma em seus itens 4 e 5 consideram que o valor gasto com formação, aquisição e renovação de contrato com atletas, inclusive luvas e comissões sejam contabilizados no ativo intangível da entidade, desde que sejam esperados benefícios econômicos atribuíveis a este ativo. Os valores que não estejam diretamente relacionados com a formação do atleta devem ser registrados como despesa.

Segundo a lei 6354/76 em seu artigo 12º, entende-se por luvas o valor pago ao atleta pela assinatura do contrato. Este valor pode ser pago de uma única vez ou em parcelas mensais.

Conforme a resolução 1.005/04 em seu item 10.13.3.1, o registro dos gastos com a formação do atleta deve ser mantido no mínimo pelos seguintes controles:

- a) Composição dos gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.); b) Composição dos gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por categoria (infantil, juvenil, júniores); c) Composição do elenco por categoria e registros auxiliares que demonstrem controle de cada categoria e que permitam a apuração de gastos por atleta; d) Relatório mensal de apropriação de gastos para o resultado e para o imobilizado. (CFC, 2004, 10.13.3.1).

Ainda, segundo a NBC ITG 2003 (R1), a partir do momento em que ocorre a assinatura do contrato profissional, os registros classificados no ativo intangível relativos aos custos com atletas em formação devem ser reclassificados para a conta atletas formados, no mesmo grupo do intangível. Além disso, os direitos contratuais desses atletas devem ser amortizados de acordo com o prazo do contrato. Por sua vez, a norma ainda afirma que “os valores referentes à cláusula indenizatória e/ou compensatória recebida ou a receber pela liberação do atleta deve ser registrada em conta específica de receita do período” (CFC, 2017).

Por fim, no encerramento do exercício, deve ser avaliada a possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil do custo de formação de

cada atleta, caso não seja possível sua recuperação, deve ser reconhecida a perda no resultado pelo valor não recuperável, suportada por documentação própria (CFC, 2017).

No que diz respeito às receitas, a NBC ITG 2003 (R1) em seu item 10 explica que “as receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas devem ser registradas em contas específicas de acordo com o princípio da competência”. Ainda, a mesma norma afirma que caso ocorram recebimentos antecipados, as mesmas devem ser registradas no passivo circulante ou não circulante, dependendo do prazo de realização da receita.

No caso de contrato de cessão onerosa de direitos de transmissão e exibição de jogos com previsão de recebimento de parte do valor do contrato a título de luva, prêmio ou outra denominação congênera, mesmo que seja sem qualquer obrigação de performance explícita, o contrato deve ser analisado como um todo e a receita deve ser reconhecida de acordo com o regime de competência, nos termos dos itens B 48 a B 51 da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente (Conselho Federal de Contabilidade, NBC ITG 2003 (R1), item 10A).

Esta norma ainda determina que os valores pagos antecipadamente ao atleta, devem ser registrados no ativo, em contas específicas, sendo apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Caso ocorra a utilização de atleta mediante cessão temporária de direitos profissionais, a entidade responsável pelo desembolso dos gastos relacionados a ele deve registrá-los no resultado, já a entidade cedente, deve registrar como receita, em função do fluxo do prazo do contrato. Havendo cessão definitiva de direitos profissionais, as receitas obtidas devem ser registradas em conta específica como receita, e os custos ainda não amortizados, em conta específica no resultado do período (CFC, 2017).

2.5.2 Demonstrações Contábeis para Entidades Desportivas

A NBC ITG 2003 (R1) indica que as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades desportivas são o balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Ainda, segundo a mesma norma em seu item 17, além das informações exigidas nas normas brasileiras de contabilidade, as notas explicativas devem conter as seguintes informações:

a) Gastos com a formação de atletas, registrados no ativo intangível e o valor amortizado constante no resultado do período. b) Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no ativo intangível, segregados o valor do gasto do da amortização. c) Receitas auferidas por atividade. d) Total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico. e) Valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras. f) Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva. g) Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cíveis e semelhantes. h) Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade. (CFC, 2017).

É importante salientar, conforme explica a resolução CFC 1005/04 através de seu item 10.13.4.1, que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas de acordo com a NBC T 3 e atender às disposições específicas das normas brasileiras de contabilidade quanto à terminologia de contas e grupos de contas, de acordo com a forma de constituição da entidade desportiva profissional.

Além disso, segundo os itens 10.13.4.2 e 10.13.4.3 da mesma resolução, o balanço patrimonial deve conter contas que discriminem a atividade profissional das demais e a demonstração do resultado deve apresentar de forma segregada as receitas, custos e despesas diretamente vinculadas com a atividade desportiva profissional das demais.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, onde, através de levantamento dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, foram evidenciados os principais aspectos contábeis que são aplicados aos clubes de futebol. Complementarmente foram calculados os principais índices de liquidez, endividamento e rentabilidade dos últimos três anos dos clubes de futebol do Rio Grande do Sul participantes do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018, utilizando as suas respectivas demonstrações contábeis, visando realizar uma análise dos resultados encontrados avaliando as variações que ocorreram.

Em relação à pesquisa bibliográfica, Barros e Lehfeld (2007) definem como a pesquisa que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos através de informações provenientes de material gráfico, sonoro e informatizado. Para realiza-la é necessário que se faça um levantamento dos temas e abordagens já trabalhados por outros estudiosos, de forma a assimilar os conceitos e explorar os aspectos já publicados (BARROS; LEHFELD, 2007).

“O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo” (BEUREN, 2013, p. 87). Ainda, para Beuren (2013) é com base nesse método de pesquisa que é possível elaborar o trabalho de monografia, seja em perspectiva histórica ou com a intenção de reunir publicações isoladas e conceder-lhes uma nova leitura.

No que diz respeito à pesquisa documental, Beuren (2013) afirma que ela pode chegar a ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Enquanto esta utiliza principalmente a contribuição de vários autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Conforme Gil (2017), para realizar a pesquisa documental pode-se utilizar inúmeros tipos de documentos elaborados com finalidades diversas, tais como autorizações, comunicações, entre outros. Porém, muitas fontes podem ser consideradas ora bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisas, relatórios e atos jurídicos. Dessa forma, recomenda-se que seja

considerada fonte documental quando o material a ser consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Martins Junior (2015), a análise qualitativa é a descrição dos dados obtidos através da coleta de dados, como entrevistas, observações e relatos. Nesse método, os dados são coletados através de descrições feitas sobre a questão proposta pelo pesquisador, após a coleta, os dados não são representados em tabelas ou gráficos, mas detalhados na forma de descrição e análise.

“Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo” (BEUREN, 2013, p. 92).

Ainda, Martins Junior (2015, p. 140) explica que a análise dos dados obtidos através da pesquisa qualitativa é realizada em três diferentes momentos:

- Transcrição da resposta da maneira como o sujeito a proferiu.
- Análise da descrição feita pelo sujeito.
- Comparação dos resultados com os de outras pesquisas semelhantes ou com a literatura especializada no tema escolhido.

Para Walliman (2015, p. 72), “este método depende da cuidadosa definição do significado das palavras, do desenvolvimento de conceitos e variáveis, bem como da representação gráfica de suas inter-relações”. O autor ainda destaca que a verificação de confiabilidade de dados qualitativos pode ser feita através da consulta de uma variedade de fontes de dados relacionadas ao mesmo evento.

Já em relação aos objetivos propostos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. As pesquisas descritivas tem o objetivo de descrever as características, levantar opiniões, atitudes e crenças de determinada população, além de identificar possíveis relações entre as variáveis analisadas (GIL, 2017).

Por fim, Barros e Lehfeld (2007) explicam que nesse tipo de pesquisa não existe a interferência do pesquisador, ou seja, ele descreve o objeto da pesquisa. Este método procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, além de sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente realizou-se uma pesquisa documental, de modo a obter as demonstrações contábeis dos últimos três anos dos clubes de futebol do Rio Grande do Sul que participaram das séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2018. A partir disso, observou-se as informações contábeis dos clubes da amostra utilizando as suas respectivas demonstrações.

Em seguida iniciou-se o cálculo dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade. Após o cálculo, os resultados encontrados foram organizados em tabelas e foi feita a análise dos mesmos utilizando embasamento teórico, alinhado ao objetivo e questão de pesquisa.

Além de realizar a análise horizontal de cada clube compreendendo os períodos analisados, foi realizada uma análise comparativa entre todos os clubes que compõem a amostra considerando apenas os resultados encontrados no último exercício.

4 ESTUDO

4.1 APRESENTAÇÃO

Conforme explica Guterman (2009), o futebol é o maior fenômeno social do Brasil, representa a identidade nacional e pode ser ligado aos desdobramentos da vida política e econômica do país. Inicialmente, este esporte surgiu no Brasil apenas como atividade da elite, pois foi importado e jogado por estrangeiros aristocráticos e ligados a investidores europeus. “Negros e operários só teriam vez ou nos campos de várzea ou quando passaram a ser decisivos para que os times de brancos ricos ganhassem títulos” (GUTERMAN, 2009, p. 10).

As barreiras erguidas em torno do futebol foram derrubadas pela massa de trabalhadores que encontraram no esporte a democracia que era negada em todas as outras áreas. Em consequência disso, ocorreu a profissionalização do futebol, onde as competições passaram a atrair grande público e os clubes ficaram cada vez mais interessados em competir para vencer, passando a disputar e remunerar os melhores jogadores (GUTERMAN, 2009).

No Rio Grande do Sul, o futebol começou a ser praticado nos últimos anos do século XIX, onde as primeiras bolas entraram pelo porto de Rio Grande e pela fronteira com o Uruguai. No entanto, há notícias da prática do esporte nas cidades de Uruguiana e Livramento antes de 1900 (SILVA; LUCAS, 2015).

Ainda, segundo Silva e Lucas (2015), o futebol começou a despertar o interesse dos brasileiros na região da fronteira, por influência uruguaia e argentina. Dessa forma, surgiu em 1902 o 14 de Julho de Livramento, segundo clube mais antigo do Rio Grande do Sul e o terceiro mais antigo em atividade do Brasil, além disso, é o primeiro clube rubro-negro do futebol brasileiro e foi um dos fundadores da 1ª liga de futebol do Uruguai, em Rivera. Os autores ainda destacam que a equipe mais antiga do futebol brasileiro em atividade é o Sport Club Rio Grande, que foi fundado em 19 de julho de 1900.

A partir disso, a malha ferroviária ajudou a disseminar o futebol pelo país. Entre as décadas de 1900 e 1970, com as linhas férreas conectando as capitais com o interior, o esporte foi se espalhando e 94 times foram fundados por ferroviários em 20 diferentes estados. As empresas ferroviárias usavam o futebol como elemento de união entre seus funcionários, resultando assim, na criação de vários clubes

vinculados a essas instituições (GERMANO, JOKURA; 2018).

Com o objetivo de liderar e promover a prática do futebol no Brasil, em 20 de agosto de 1916 a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) iniciou suas atividades, sendo admitida em 1923, ao quadro de confederações filiadas à *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), órgão máximo e de expressão mundial na gestão do futebol. Sob a administração da CBD o futebol brasileiro evoluiu e se consolidou como uma das maiores potências do esporte (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2018).

Entretanto, para entrar em conformidade com as exigências da FIFA, que determinava que as entidades nacionais ligadas ao esporte deveriam ter dedicação exclusiva ao desenvolvimento do futebol, em 24 de setembro de 1979 a CBD foi extinta e surgiu a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), criada com a vantagem de garantir o fomento e gestão unicamente do futebol brasileiro. Sob o comando da CBF, o futebol nacional prosperou em nível nacional e internacional, além disso, a entidade ampliou as competições que são organizadas por ela, contemplando 17 torneios masculino e feminino, seja em categorias profissionais ou de base, incluindo o Campeonato Brasileiro de Futebol (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2018).

4.2 COLETA DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo Pimentel (2017), o campeonato brasileiro foi organizado pela primeira vez em 1971, ainda sob o comando da CBD. Este campeonato surgiu para substituir a Taça Brasil, disputada entre 1959 e 1968 e os extintos torneios Roberto Gomes Pedrosa e Taça de Prata, disputados entre 1967 e 1970. Porém, recentemente a CBF decidiu unificar os campeonatos, considerando como campeões brasileiros também as equipes que venceram estas competições.

Desde a sua primeira edição a competição é a mesma, embora os formatos de disputa, número de times participantes e o próprio nome do torneio terem sofrido várias alterações ao longo dos anos. Rondinelli (2018) explica que no atual modelo de disputa os times se distribuem entre as séries A, B, C e D. Nas três primeiras divisões, o campeonato é realizado com vinte equipes participantes, já na quarta divisão, são quarenta times participando da competição. As séries A e B, primeira e segunda divisão respectivamente, são disputadas pelo sistema de pontos corridos,

onde todos jogam entre si em partidas de ida e volta e o campeão é aquele que somar maior número de pontos ao final da competição.

Além disso, os quatro primeiros colocados da série A garantem vaga diretamente para a fase de grupos da Copa Libertadores da América do ano subsequente, enquanto os quatro últimos colocados disputarão a próxima série B. Na segunda divisão, os quatro primeiros garantem acesso à série A do ano seguinte e os quatro últimos são rebaixados para a série C, a terceira divisão nacional.

Este modelo de disputa por pontos corridos teve sua primeira edição na série A em 2003 e na série B em 2006. A partir disso, a primeira divisão teve sete campeões diferentes ao longo dos anos, sendo o Corinthians o maior vencedor desde então, com quatro títulos conquistados (RESENDE, 2017).

Em 2018 tanto a primeira quanto a segunda divisão do campeonato brasileiro tiveram início nos dias 13 e 14 de abril. Assim como as edições anteriores, são vinte equipes se enfrentando na disputa pelo título (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2018). O quadro 1 apresenta as equipes participantes deste ano, em seguida, o número de representantes de cada estado está demonstrado na figura 1.

Quadro 1 – Equipes participantes do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018

Campeonato Brasileiro 2018			
Série A		Série B	
Clube	Estado	Clube	Estado
América	MG	Atlético - GO	GO
Atlético - MG	MG	Avaí	SC
Atlético - PR	PR	Boa	MG
Bahia	BA	Brasil	RS
Botafogo	RJ	Coritiba	PR
Ceará	CE	CRB	AL
Chapecoense	SC	Criciúma	SC
Corinthians	SP	CSA	AL
Cruzeiro	MG	Figueirense	SC
Flamengo	RJ	Fortaleza	CE
Fluminense	RJ	Goiás	GO
Grêmio	RS	Guarani	SP
Internacional	RS	Juventude	RS
Palmeiras	SP	Londrina	PR
Paraná	PR	Oeste	SP

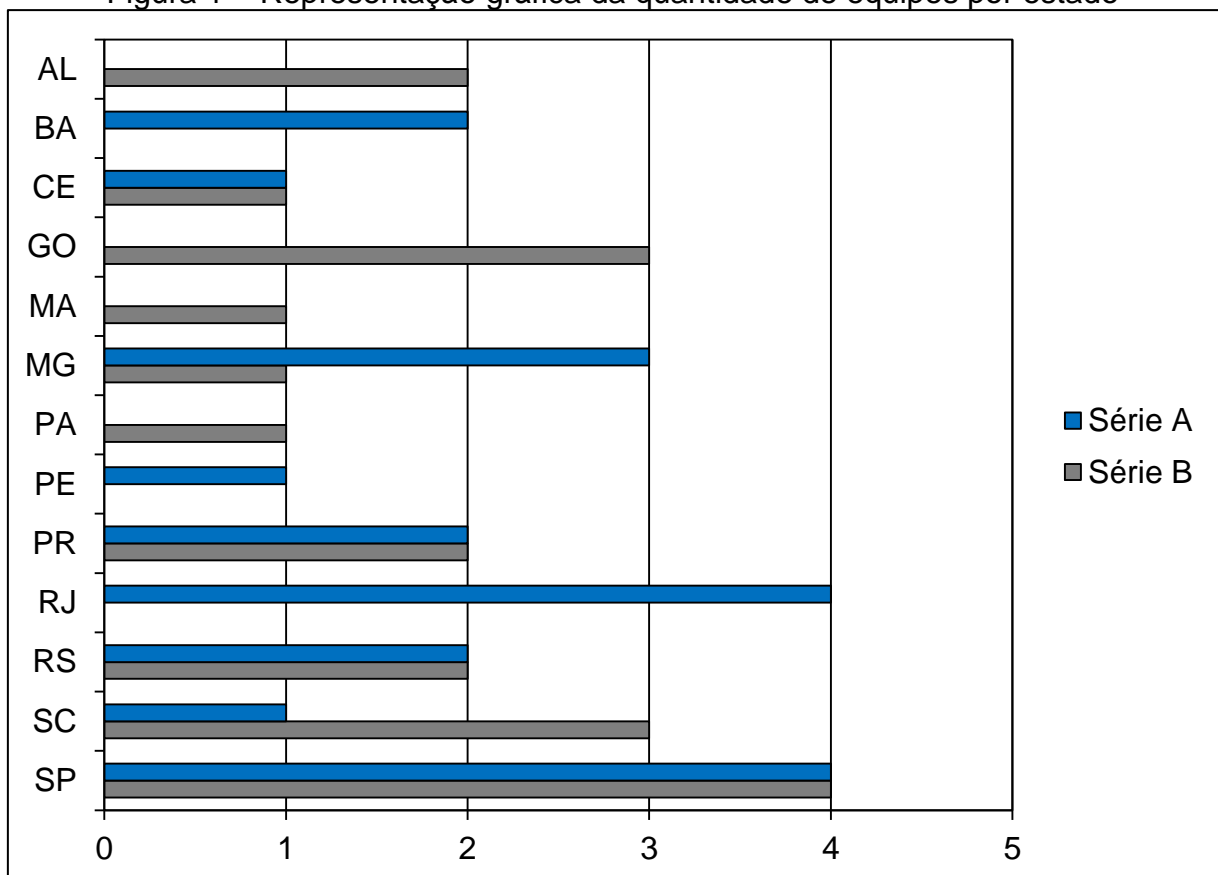
(continua)

(conclusão)

Campeonato Brasileiro 2018			
Série A		Série B	
Clube	Estado	Clube	Estado
Santos	SP	Paysandu	PA
São Paulo	SP	Ponte Preta	SP
Sport	PE	Sampaio Correa	MA
Vasco da Gama	RJ	São Bento	SP
Vitória	BA	Vila Nova	GO

Fonte: Elaborado pelo autor através de dados obtidos no site da Confederação Brasileira de Futebol.

Figura 1 – Representação gráfica da quantidade de equipes por estado



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme pode ser observado na figura 1, o estado de São Paulo é o que mais possui representantes tanto na série A quanto na série B, com quatro equipes em cada divisão. Seguido pelo estado do Rio de Janeiro, também com quatro representantes na série A, porém nenhum na série B.

A partir dos dados coletados foi definida a amostra para a pesquisa. Assim, para a realização da mesma foram utilizados como amostra os clubes de futebol do Rio Grande do Sul que disputam o campeonato brasileiro das séries A e B de 2018.

Dessa forma, os clubes selecionados foram: Grêmio Football Porto Alegre, Sport Club Internacional, Esporte Clube Juventude e Grêmio Esportivo Brasil.

Após a definição destes clubes como amostra, foi realizada uma pesquisa em seus sites oficiais com o objetivo de localizar e coletar suas demonstrações contábeis dos anos de 2015 a 2017. Como todos os clubes envolvidos realizam a publicação de suas demonstrações no respectivo site, não foi necessário realizar contato por telefone ou e-mail.

Além disso, foram feitas pesquisas em livros, periódicos, sites oficiais dos clubes e artigos da internet com o objetivo de realizar um breve histórico de cada um dos clubes da amostra, destacando os principais fatos que ocorreram ao longo de sua história, curiosidades, informações contábeis relevantes e principais conquistas.

4.2.1 Grêmio Football Porto Alegre

A trajetória do Grêmio Football Porto Alegre começou com o paulista Cândido Dias da Silva e sua bola de futebol. Trabalhando há algum tempo em Porto Alegre, no dia 07 de setembro de 1903 Cândido estava assistindo na capital gaúcha a uma exibição do Sport Clube Rio Grande, em dado momento a bola do jogo esvaziou-se, para desapontamento geral. Imediatamente Cândido emprestou a sua, garantindo o final da partida. Em troca, recebeu dos jogadores as primeiras lições sobre futebol e ficou sabendo como agir para fundar um clube (GRÊMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE, 2018).

Foi então em 15 de setembro de 1903, que trinta e dois rapazes reuniram-se e deram início à história do Grêmio Football Porto Alegre, na ocasião, Carlos Luiz Böhler foi eleito o primeiro presidente (GRÊMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE, 2018). Conforme artigo publicado na revista 1903 (2014), na sessão da assembleia geral de 30 de setembro do mesmo ano ocorreu a escolha do fardamento, porém o mesmo haveria de sofrer alterações posteriores. Afinal, o primeiro uniforme compreendia boné preto, camisa listrada em azul e havana com colarinho deitado, gravata branca regata, faixa branca na cintura, calção preto, meias compridas pretas e botinas claras. Posteriormente, decidiu-se substituir a cor havana pela cor preta, em virtude de discordância inicial entre os fundadores e dificuldade em encontrar o tecido ideal no mercado.

Ainda, segundo a revista 1903 (2014), o primeiro desafio aconteceu em 06 de março de 1904 contra o Fuss-Ball Club Porto Alegre, até então único clube da cidade. Na ocasião o Grêmio venceu pelo placar de 1x0 conquistando o troféu Wanderpreis, o primeiro da história tricolor. Em 1909 ocorreu o primeiro clássico Grenal, sendo também a primeira partida do Sport Club Internacional, onde o Grêmio aplicou a maior goleada da história dos confrontos vencendo o jogo pelo placar de 10x0. Após o jogo, integrantes de ambas as equipes confraternizaram com um baile.

De acordo com artigo publicado na mesma revista citada anteriormente, em 1904 surgiu a Baixada do Moinhos de Vento, estádio em que a equipe sediou suas partidas e foi sua sede até 19 de setembro de 1954 quando se mudou para o Estádio Olímpico, localizado no bairro da Azenha. Atualmente, sua casa é a Arena do Grêmio, inaugurada em 08 de dezembro de 2012 e localizada no bairro Humaitá.

Até o momento, o clube acumula 167 títulos nacionais e 32 internacionais, dentre os quais se destacam dois Campeonatos Brasileiros, cinco Copas do Brasil, três Copas Libertadores da América, duas Recopa Sul-americana e o Campeonato Mundial Interclubes conquistado em 1983 (GRÊMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE, 2018).

4.2.1.1 Apresentação das demonstrações contábeis

Atendendo às determinações da Lei 9.615/98 no que diz respeito à transparência das informações contábeis, o clube realiza a publicação das suas demonstrações em seu site oficial e em jornais de grande circulação. A Tabela 1 apresenta as informações mais relevantes que compõem as suas demonstrações contábeis dos últimos três exercícios.

Tabela 1 – Principais informações contábeis do Grêmio Football Porto Alegre

Valores expressos em milhares de reais			
	2017	2016	2015
Ativo total	325.660	324.483	327.541
Ativo circulante	60.971	33.938	29.079
Caixa e equivalentes de caixa	4.379	616	451
Estoques	4.460	2.734	2.528
Outros créditos a receber	48.184	28.740	24.478
Despesas antecipadas	3.948	1.848	1.622

(continua)

(conclusão)

Valores expressos em milhares de reais			
	2017	2016	2015
Ativo não circulante	264.689	290.545	298.462
Realizável em longo prazo	17.302	40.939	9.372
Investimentos	2.269	1.601	1.249
Imobilizado	172.249	166.700	221.689
Intangível	72.869	81.305	67.401
Passivo total + PL	325.660	324.483	327.541
Passivo circulante	173.431	210.516	176.711
Passivo não circulante	297.241	261.736	284.271
Patrimônio líquido	(145.012)	(147.769)	(133.441)
Receita líquida	341.252	228.721	190.318
Superávit / Déficit	2.757	35.327	(37.555)

Fonte: Adaptado de Grêmio Football Porto Alegre (2018).

Conforme os dados apresentados verifica-se que o clube apresenta regularidade em seu ativo e passivo, além disso, destaca-se o patrimônio líquido a descoberto em virtude de déficits apurados ao longo dos anos. Entretanto, é importante salientar que as receitas apresentaram crescimento relevante nos últimos três anos, o que contribuiu para que o clube apurasse superávit em 2016 e 2017.

4.2.1.2 Análise das demonstrações contábeis através de índices

4.2.1.2.1 Índices de liquidez

Após coleta das informações contábeis referente aos períodos analisados, foi possível apurar os principais índices de liquidez do Grêmio Football Porto Alegre conforme é possível observar na tabela 2.

Tabela 2 – Índices de liquidez do Grêmio Football Porto Alegre

	2017	2016	2015
Liquidez geral	0,1663	0,1586	0,0834
Liquidez corrente	0,3516	0,1612	0,1646
Liquidez seca	0,3258	0,1482	0,1503
Liquidez imediata	0,0252	0,0029	0,0026

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através dos resultados apresentados é possível visualizar que ocorreu uma melhora em todos os índices de liquidez, pois os mesmos aumentaram ao longo dos exercícios, porém ainda estão abaixo do ideal.

Analisando individualmente, pode-se observar que o índice de liquidez geral sofreu aumentos sucessivos. Em 2015, para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo o clube possuía apenas R\$ 0,08 de recursos de curto e longo prazo para honrá-las. Em 2016 e 2017 ocorreu uma melhora significativa, pois o mesmo passou a contar respectivamente com R\$ 0,15 e R\$ 0,16 de recursos para honrar suas dívidas. Porém, esses valores ainda são insuficientes e demonstram que o clube terá dificuldades para saldar suas obrigações contando apenas com seus recursos de curto e longo prazo.

No que diz respeito à liquidez corrente, também ocorreram aumentos ao longo dos anos. Em 2015 o clube dispunha de R\$ 0,16 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações com vencimento no mesmo período. Em 2016 esse índice ficou praticamente igual, porém em 2017 sofreu um aumento significativo, onde o clube apresentou um valor de R\$ 0,35 de recursos para cada real de obrigações de curto prazo.

Analisando a liquidez seca, os resultados encontrados são próximos aos da liquidez corrente. Porém, este índice desconsidera o valor dos estoques, que neste caso, são os itens utilizados para uso e consumo, como materiais de escritório, materiais esportivos e demais utilizados no dia a dia. Dessa forma, em 2015 o clube apresentou R\$ 0,15 de recursos em curto prazo desconsiderando os estoques para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Em 2016 esse índice sofreu uma leve redução, passando para R\$ 0,14, porém, em 2017 o mesmo apresentou o resultado de R\$ 0,32, significando uma melhora em relação aos exercícios anteriores.

Como a liquidez imediata considera apenas os recursos financeiros imediatamente disponíveis, esse é um índice altamente pessimista, como pode ser observado nos resultados encontrados. Em 2015 o clube não possuía sequer R\$ 0,01 de recursos prontamente conversíveis em dinheiro para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Nos anos seguintes ocorreram melhoras insignificantes e, ao final de 2017, para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo o clube dispunha de apenas R\$ 0,02 de recursos disponíveis para honrá-las.

Considerando os índices de liquidez apurados, pode-se observar que o clube terá dificuldades para honrar suas obrigações contando apenas com seus recursos próprios.

4.2.1.2.2 Índices de endividamento

Através desses índices, é possível avaliar o nível de endividamento do clube. A tabela 3 apresenta os resultados encontrados considerando os períodos analisados.

Tabela 3 – Índices de endividamento do Grêmio Football Porto Alegre

	2017	2016	2015
Participação do capital de terceiros	-324,57%	-319,59%	-345,46%
Composição do endividamento	36,85%	44,58%	38,33%
Endividamento geral	144,53%	145,54%	140,74%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando os períodos analisados, pode-se observar que o clube possui altos índices de endividamento, além disso, os mesmos sofreram um crescimento em 2016. Entretanto, não ocorreram alterações consideráveis ao longo dos anos.

A participação do capital de terceiros apresentou um resultado alto em função do déficit acumulado ao longo dos anos, o que causa um saldo negativo no patrimônio líquido do clube. Dessa forma, em 2015, a participação do capital de terceiros foi 345,46% superior ao capital próprio. Esse percentual teve uma leve melhora em 2016, e voltou a subir em 2017, encerrando o ano com uma participação 324,57% superior.

Analisando apenas as origens vinculadas a terceiros, percebe-se que entre 2015 e 2016 ocorreu uma piora nos índices, e em seguida, uma leve melhora em 2017. Em 2015, o clube possuía 38,33% de obrigações de curto prazo em relação ao total de obrigações com terceiros. Em 2016 esse quadro piorou, atingindo o percentual de 44,58%, porém, em 2017 ocorreu uma melhora, pois as obrigações de curto prazo representaram 36,85% do total de obrigações com terceiros, o menor índice dos últimos três anos.

O endividamento geral aumentou entre 2015 e 2016 e teve uma leve queda em 2017. No primeiro ano da análise, o clube apresentou um percentual de 140,74%

de recursos de terceiros em relação ao total de recursos aplicados na atividade. Esse dado ainda piorou em 2016, quando atingiu a marca de 145,54% para, em 2017, ocorrer uma leve redução para 144,53%. Isso demonstra um alto risco para o clube, uma vez que o mesmo está utilizando um valor elevado de recursos provenientes de terceiros para poder realizar suas atividades.

4.2.1.2.3 Índices de rentabilidade

Após apurar e analisar os principais indicadores de liquidez e endividamento, foram utilizadas as demais informações contábeis obtidas para apurar os principais índices de rentabilidade do clube, que são demonstrados através da tabela 4.

Tabela 4 – Índices de rentabilidade do Grêmio Football Porto Alegre

	2017	2016	2015
TRI	0,85%	10,89%	-11,47%
TRPL	-1,90%	-23,91%	28,14%
Margem líquida	0,81%	15,45%	-19,73%
Giro do ativo	104,79%	70,49%	58,11%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A taxa de retorno sobre investimentos estabelece uma relação entre o lucro líquido e o ativo total. Dessa forma, em 2015 o clube apresentou um resultado negativo em virtude do déficit de R\$ 37.555 milhões que foi apurado ao final do exercício. Em 2016 ocorreu um superávit de R\$ 35.327 milhões, o que ocasionou um retorno de 10,89% para cada R\$ 1,00 de capital investido. Em 2017 esse índice teve uma piora considerável, encerrando o período com 0,85% de retorno para cada R\$ 1,00 que foi investido pelo clube.

Analisando a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, pode-se identificar que em 2015 foi de 28,14% de retorno para cada R\$ 1,00 investido. Porém, em 2016 e 2017 este índice foi negativo em -23,91% e -1,90% respectivamente, uma vez que o patrimônio líquido do clube estava a descoberto em virtude dos déficits acumulados dos exercícios anteriores.

Verificando a margem líquida do clube observa-se que em 2015 o indicador se apresentou negativo em -19,73%, isso significa que os custos e despesas do clube foram 19,73% superiores ao total da receita líquida no ano. Em 2016 houve

uma melhora significativa, pois obteve um lucro líquido de 15,45% em relação às suas receitas, no entanto, em 2017 o lucro passa para apenas 0,81%. Essa redução significa uma piora no retorno, pois o ideal é que a margem líquida não reduza de um período para outro.

Por fim, através do giro do ativo pode-se visualizar que em 2015 o clube obteve como receita líquida o equivalente a 58,11% do total que foi investido. Em 2016 esse índice atinge a marca de 70,49% e 104,79% em 2017. Esses aumentos sucessivos são benéficos para a entidade, uma vez que demonstra o bom desempenho das aplicações realizadas e a capacidade dos investimentos em produzirem receitas operacionais.

4.2.2 Sport Club Internacional

O Sport Club Internacional teve sua fundação em 04 de abril de 1909 e sua origem está associada a três irmãos da família Poppe: Henrique Poppe Leão, José Eduardo Poppe e Luiz Madeira Poppe, que chegaram a Porto Alegre na primeira década de 1900. Os irmãos José e Luiz tinham o desejo de jogar futebol, já Henrique, o irmão mais velho e influente articulou a criação de um novo clube, que teve como seu primeiro presidente João Leopoldo Seferin com apenas 18 anos de idade. Dessa forma, para dar credibilidade, foi escolhido como presidente de honra o capitão Graciliano Ortiz, que obteve junto à Intendência o primeiro campo para o novo clube: a Ilhota, atual Praça Sport Club Internacional (SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2018).

Assim como o carnaval daquele ano, a escolha das cores para a camisa foi subdividida em dois grupos. Um grupo defendia o vermelho, outro verde, exatamente as cores dos grupos de carnaval Venezianos e Esmeraldinos. A decisão veio do carnaval de rua, o resultado da votação teve como vencedores os Venezianos, tirando da reunião da fundação os que defendiam o verde, assim as cores escolhidas foram vermelho e branco (SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2018).

Segundo Silva (2016), em 1912 o Internacional ganhou seu primeiro campo de jogo, a Chácara dos Eucaliptos, estádio onde permaneceu até a década de 30. Em 1956 o vereador Ephraim Pinheiro Cabral, apresentou na Câmara de Porto Alegre o projeto de doação de uma área que seria aterrada no Guaíba, local onde em 1959 iniciou a construção do Estádio Beira Rio, que seria inaugurado em 1969

sendo a casa do clube até os dias atuais (SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2018).

Dentre os títulos conquistados ao longo de sua história, destacam-se três Campeonatos Brasileiros, uma Copa do Brasil, duas Copas Libertadores da América, duas Recopa Sul-americana e o Mundial de Clubes conquistado em 2006 (SILVA, 2016).

4.2.2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

O Internacional também atende à Lei 9.615/98, adotando práticas de transparência na gestão e publicando as demonstrações contábeis em seu site oficial e jornais de circulação estadual. A Tabela 5 demonstra as informações contábeis mais relevantes que compõem suas demonstrações de 2015 a 2017.

Tabela 5 – Principais informações contábeis do Sport Club Internacional

	Valores expressos em milhares de reais		
	2017	2016	2015
Ativo total	1.252.871	1.331.079	847.326
Ativo circulante	143.416	135.330	109.156
Caixa e equivalentes de caixa	1.586	1.413	1.418
Estoques	3.876	3.552	1.992
Outros créditos a receber	136.692	129.695	100.018
Adiantamentos	1.262	670	5.444
Depósitos judiciais	-	-	284
Ativo não circulante	1.109.455	1.195.749	738.170
Realizável em longo prazo	62.083	125.818	57.348
Investimentos	106	100	147
Imobilizado	960.261	970.260	598.368
Intangível	87.005	99.571	82.307
Passivo total + PL	1.252.871	1.331.079	847.326
Passivo circulante	362.491	310.053	240.525
Passivo não circulante	543.547	611.624	207.563
Patrimônio líquido	346.833	409.402	399.238
Receita líquida	228.012	266.860	224.123
Superávit / Déficit	(62.568)	(973)	27.587

Fonte: Adaptado de Sport Club Internacional (2018).

Conforme pode ser observado acima, o clube aumentou o seu ativo nos últimos anos, com destaque para os valores que compõem o Imobilizado. Porém, suas receitas sofreram uma queda considerável entre 2016 e 2017, fato que contribuiu para que fosse apurado um déficit elevado ao final do último exercício.

4.2.2.2 Análise das demonstrações contábeis através de índices

4.2.2.2.1 Índices de liquidez

Analisando as demonstrações contábeis do Sport Club Internacional foi possível calcular os seus índices de liquidez, conforme podem ser visualizados na tabela 6.

Tabela 6 – Índices de liquidez do Sport Club Internacional

	2017	2016	2015
Liquidez geral	0,2268	0,2833	0,3716
Liquidez corrente	0,3956	0,4365	0,4538
Liquidez seca	0,3849	0,4250	0,4455
Liquidez imediata	0,0044	0,0046	0,0059

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através dos resultados é possível identificar que houve uma piora dos índices de liquidez ao longo dos períodos analisados, pois todos sofreram redução de um exercício para outro.

Analisando individualmente, pode-se observar que o índice de liquidez geral sofreu reduções sucessivas, o que é ruim para o clube. Em 2015, para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo o clube possuía R\$ 0,37 de recursos de curto e longo prazo para honrá-las. Em 2016 esse índice caiu para R\$ 0,28 e, em 2017 voltou a apresentar uma piora, encerrando o período com R\$ 0,22 de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações. Esses índices baixos representam um cenário pessimista para o clube, pois indica que o mesmo passará por dificuldades para honrar suas obrigações de curto e longo prazo.

Assim como a liquidez geral, as quedas sucessivas ocorreram também na liquidez corrente. Em 2015 o clube dispunha de R\$ 0,45 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações também de curto prazo. Em 2016 esse índice caiu

para R\$ 0,43 e, em 2017 encerrou o período com R\$ 0,39 de recursos de curto prazo para cada real de obrigações com vencimento no mesmo período.

Analisando a liquidez seca, pode-se observar que os resultados encontrados são próximos aos da liquidez corrente, uma vez que este índice desconsidera o valor dos estoques. Dessa forma, em 2015 o clube apresentou R\$ 0,44 de recursos de curto prazo desconsiderando os estoques para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Em 2016 esse índice reduziu para R\$ 0,42 e em 2017 sofreu uma nova queda, finalizando o período em R\$ 0,38. Essas quedas sucessivas nos índices representam uma situação desfavorável para o clube.

A liquidez imediata considera apenas os recursos financeiros imediatamente disponíveis, dessa forma, trata-se de um índice pessimista. Assim como os demais, esse índice sofreu uma piora ao longo dos anos. Em 2015 o clube possuía menos de R\$ 0,01 de recursos prontamente conversíveis em dinheiro para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Nos anos seguintes esse cenário pessimista se manteve, inclusive apresentando uma leve queda de um exercício para outro e se mantendo abaixo de R\$ 0,01.

4.2.2.2.2 Índices de endividamento

A análise desses índices visa avaliar o percentual de endividamento do clube, dessa forma, a tabela 7 ilustra os resultados encontrados.

Tabela 7 – Índices de endividamento do Sport Club Internacional

	2017	2016	2015
Participação do capital de terceiros	261,23%	225,13%	112,24%
Composição do endividamento	40,01%	33,64%	53,68%
Endividamento geral	72,32%	69,24%	52,88%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando os períodos analisados, pode-se observar que o clube possui altos índices de endividamento, além disso, os mesmos sofreram um crescimento ao longo dos anos, com exceção da composição do endividamento que em 2016 sofreu uma leve melhora, porém em 2017 voltou a apresentar crescimento.

A participação do capital de terceiros visa demonstrar o percentual de utilização de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido. Em 2015, o clube

possuía capital de terceiros 112,24% superior ao seu capital próprio. Nos anos seguintes, esse percentual apresentou crescimento, o que representa uma piora para o clube. Em 2016 esse índice foi de 225,13% e em 2017 foi de 261,23%.

Analisando as origens vinculadas a terceiros, percebe-se que esse índice oscilou ao longo dos anos. Entre 2015 e 2016 ocorreu uma melhora nesse resultado, entretanto em 2017 o mesmo voltou a apresentar crescimento. Em 2015 o clube possuía 53,68% de obrigações de curto prazo em relação ao total de obrigações com terceiros. Em 2016 ocorreu uma melhora no quadro, pois o percentual caiu para 33,64%. Porém, em 2017 o cenário piorou, pois o percentual de endividamento em curto prazo voltou a subir, atingindo 40% em relação ao total de obrigações com terceiros.

O endividamento geral sofreu aumentos sucessivos nos últimos três anos, o que representa um risco alto para o clube, pois o mesmo está utilizando um valor elevado de recursos de terceiros para poder realizar suas atividades. No primeiro ano da análise esse índice era de 52,88% de recursos de terceiros em relação ao total de recursos aplicados na atividade. Esse dado piorou em 2016, quando atingiu a marca de 69,24%, e sofreu mais um aumento em 2017, atingindo o percentual de 72,32%, o maior dos últimos anos.

4.2.2.2.3 Índices de rentabilidade

Após realizar o cálculo e análise dos índices de liquidez e endividamento, foram apurados os principais índices de rentabilidade do Sport Club Internacional, conforme se pode observar na tabela 8.

Tabela 8 – Índices de rentabilidade do Sport Club Internacional

	2017	2016	2015
TRI	-4,99%	-0,07%	3,26%
TRPL	-18,04%	-0,24%	6,91%
Margem líquida	-27,44%	-0,36%	12,31%
Giro do ativo	18,20%	20,05%	26,45%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A taxa de retorno sobre investimentos estabelece uma relação entre o lucro líquido e o ativo total da entidade. Dessa forma, em 2015 o clube obteve um retorno

de 3,26% para cada R\$ 1,00 de capital investido. Nos anos seguintes esse índice sofreu uma queda considerável, encerrando os exercícios com percentuais negativos de -0,07% em 2016 e -4,99% em 2017. Essa redução se deve principalmente ao fato de o clube ter apurado déficit de R\$ 973 mil e R\$ 62.568 milhões ao final de 2016 e 2017 respectivamente.

Analisando a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, pode-se observar que em 2015 o mesmo representou para a entidade um retorno de 6,91% para cada R\$ 1,00 que foi investido. Assim como o retorno sobre investimentos, esse índice sofre quedas sucessivas em 2016 e 2017, encerrando os exercícios com percentuais negativos de -0,24% e -18,04% respectivamente.

Verificando a margem líquida, observa-se que em 2015 o clube obteve um lucro líquido de 12,31% em relação ao total de sua receita líquida. Em 2016 esse índice apresentou um cenário negativo, pois os custos e despesas foram 0,36% superiores ao total da receita líquida apurada ao final do exercício, e, em 2017, os custos e despesas foram 27,44% superiores. Esse aumento representa uma piora no cenário, pois o ideal é que a margem líquida se mantenha com índices positivos.

Por fim, através do giro do ativo podemos observar que em 2015 o clube obteve como receita líquida o equivalente a 26,45% em relação ao total que foi investido. Assim como os demais índices analisados, o giro do ativo também sofreu quedas sucessivas ao longo dos anos. Em 2016 reduziu para 20,05% e em 2017 para 18,20%. Essas quedas são prejudiciais para a entidade, pois demonstram que as aplicações realizadas não estão apresentando um bom desempenho.

4.2.3 Esporte Clube Juventude

O Esporte Clube Juventude foi fundado em 29 de junho de 1913, por um grupo de trinta e cinco jovens caxienses. As cores escolhidas para representar o clube foram o verde e o branco, que permanecem até os dias de hoje. O seu campo de jogo era denominado Quinta dos Pinheiros, que foi adquirido em 1919 pelo presidente Dante Marcucci e reformado em 1954. Em 23 de março de 1975 foi inaugurado o estádio Alfredo Jaconi com capacidade para 23.726 torcedores. Seu nome é uma homenagem a um dos maiores ídolos do clube, Alfredo Jaconi foi jogador, treinador e dirigente nas décadas de 30 e 40 (ESPORTE CLUBE JUVENTUDE, 2018).

Em 1954, foi convidado pela Federação Riograndense de Desportos, atual FGF, a integrar a divisão de honra, atual Campeonato Gaúcho. Em 1977 disputou o Campeonato Brasileiro pela primeira vez, sendo campeão da série B nacional em 1994 (ESPORTE CLUBE JUVENTUDE, 2018).

Além do título da segunda divisão nacional, dentre as suas principais conquistas destacam-se os títulos do Campeonato Gaúcho em 1998, da Copa do Brasil em 1999 e a primeira participação na Copa Libertadores da América no ano 2000. Atualmente, o Esporte Clube Juventude disputa a série B do campeonato brasileiro, chegando a esta divisão após oito anos oscilando entre as séries C e D (ESPORTE CLUBE JUVENTUDE, 2018).

4.2.3.1 Apresentação das demonstrações contábeis

Ao final de cada exercício, o Esporte Clube Juventude divulga suas demonstrações contábeis em seu site oficial. Dessa forma, atende às orientações da Lei 9,615/98, a Lei Pelé. A Tabela 9 busca evidenciar quais são as informações de maior relevância que compõem suas demonstrações dos últimos três exercícios.

Tabela 9 – Principais informações contábeis do Esporte Clube Juventude

Valores expressos em milhares de reais			
	2017	2016	2015
Ativo total	46.410	51.421	51.272
Ativo circulante	4.283	2.023	621
Caixa e equivalentes de caixa	12	27	16
Estoques	82	234	109
Outros créditos a receber	4.189	1.762	496
Ativo não circulante	42.127	49.397	50.651
Realizável em longo prazo	134	1.159	2.504
Investimentos	24	30	13
Imobilizado	35.969	42.208	42.134
Intangível	6.000	6.000	6.000
Passivo total + PL	46.410	51.421	51.272
Passivo circulante	17.838	22.319	15.225
Passivo não circulante	28.997	29.083	26.758
Patrimônio líquido	(425)	19	9.289

(continua)

(conclusão)

Valores expressos em milhares de reais			
	2017	2016	2015
Receita líquida	28.885	16.894	8.340
Superávit / Déficit	113	(8.788)	(5.973)

Fonte: Adaptado de Esporte Clube Juventude (2018).

Analisando os dados apresentados acima, pode-se observar que a receita líquida do clube vem sofrendo aumentos consideráveis ao longo dos anos, o que contribuiu para que o clube apurasse superávit ao final de 2017.

4.2.3.2 Análise das demonstrações contábeis através de índices

4.2.3.2.1 Índices de liquidez

Os índices de liquidez buscam demonstrar a capacidade de pagamento da entidade. Dessa forma, a tabela 10 permite visualizar os índices de liquidez do Esporte Clube Juventude nos períodos de 2015 a 2017.

Tabela 10 – Índices de liquidez do Esporte Clube Juventude

	2017	2016	2015
Liquidez geral	0,0943	0,0619	0,0744
Liquidez corrente	0,2401	0,0906	0,0408
Liquidez seca	0,2355	0,0802	0,0336
Liquidez imediata	0,0007	0,0012	0,0011

Fonte: Elaborado pelo autor.

O índice de liquidez geral sofreu uma piora entre 2015 e 2016, porém teve um leve aumento em 2017, entretanto, esses valores ainda estão abaixo do ideal. Em 2015, para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo, o clube possuía R\$ 0,07 de recursos de curto e longo prazo para honrá-las. Em 2016 ocorreu uma piora, pois este índice caiu para R\$ 0,06, no entanto, em 2017 encerrou o exercício com R\$ 0,09 de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações com o mesmo prazo de vencimento. Esse aumento entre 2016 e 2017 representa uma melhora, porém a situação ainda é desfavorável para o clube.

No que diz respeito à liquidez corrente, ocorreram aumentos sucessivos ao longo dos períodos analisados, o que representa uma melhora. Em 2015 o clube

possuía apenas R\$ 0,04 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações também de curto prazo. Em 2016 ocorreu uma pequena melhora, pois este índice passou para R\$ 0,09. Porém, em 2017 ocorreu uma melhora significativa no cenário, pois o clube passou a contar com R\$ 0,24 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações com o mesmo prazo de vencimento.

Ao analisar a liquidez seca, pode-se observar que a mesma também sofreu uma melhora ao longo dos anos. Em 2015, para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo o clube dispunha de apenas R\$ 0,03 de recursos de curto prazo para honrá-las, desconsiderando-se os estoques. Em 2016 e 2017 esse índice apresentou melhora, encerrando os exercícios com R\$ 0,08 e R\$ 0,23, respectivamente.

Apesar do aumento nos índices analisados anteriormente, a liquidez imediata sofreu reduções ao longo dos anos, o que é ruim para a entidade. Em todos os anos esse índice ficou abaixo de R\$ 0,01 de recursos disponíveis para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Isso demonstra que o clube terá dificuldades para honrar com estas obrigações utilizando apenas os recursos prontamente conversíveis em dinheiro.

4.2.3.2.2 Índices de endividamento

Os índices de endividamento do Esporte Clube Juventude oscilaram ao longo dos períodos analisados, porém o seu endividamento geral piorou durante este mesmo período, como pode ser observado na tabela 11.

Tabela 11 – Índices de endividamento do Esporte Clube Juventude

	2017	2016	2015
Participação do capital de terceiros	-11020%	270536,84%	451,96%
Composição do endividamento	38,09%	43,42%	36,26%
Endividamento geral	100,92%	99,96%	81,88%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro índice a ser analisado é a participação do capital de terceiros, que visa demonstrar o percentual de capital de terceiros existente em relação ao patrimônio líquido. A partir disso, pode-se constatar que em 2015 o capital de terceiros era 451,96% superior ao patrimônio líquido do clube. Esse percentual

sofreu um aumento considerável em 2016, representando um valor 270.536,84% superior. Já em 2017, a representatividade do capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido foi 11.020% superior.

Analisando apenas as origens vinculadas a terceiros, percebe-se que o percentual de obrigações de curto prazo foi menor em 2015 e 2017, porém teve seu maior percentual em 2016. Em 2015, este percentual foi de 36,26%, sofrendo uma piora em 2016 e, em 2017, voltou a apresentar queda, quando encerrou o exercício com um percentual de 38,09% de obrigações de curto prazo em relação ao total de obrigações com terceiros.

Por fim, o endividamento geral do clube sofreu aumentos sucessivos ao longo dos anos, o que é ruim para o mesmo, pois considera o total de recursos com terceiros aplicados na entidade, apresentando assim, um risco maior. Em 2015 este índice era de 81,88%, em seguida o cenário sofreu uma piora em 2016 e 2017, encerrando estes exercícios com endividamento geral de 99,96% e 100,92% respectivamente.

4.2.3.2.3 Índices de rentabilidade

Os índices de rentabilidade que serão analisados são a taxa de retorno sobre investimentos, taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, margem líquida e giro do ativo. Conforme pode ser observado na tabela 12.

Tabela 12 – Índices de rentabilidade do Esporte Clube Juventude

	2017	2016	2015
TRI	0,24%	-17,09%	-11,65%
TRPL	-26,59%	-46252,63%	-64,30%
Margem líquida	0,39%	-52,02%	-71,62%
Giro do ativo	62,24%	32,85%	16,27%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A taxa de retorno sobre investimentos visa medir a eficiência da empresa ou entidade na geração de lucro com seus investimentos totais. Dessa forma, em 2015 e 2016 o clube apresentou resultado negativo devido ao déficit apurado ao final desses exercícios. Em 2017 o cenário melhorou, pois o clube obteve um retorno de 0,24% para cada R\$ 1,00 de capital investido no clube.

Analisando a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido pode-se observar que em todos os exercícios analisados a mesma apresentou-se na forma de percentuais negativos, isso ocorreu devido aos déficits do exercício e acumulados de exercícios anteriores, assim, deixando o patrimônio líquido do clube a descoberto.

No que diz respeito à margem líquida, observa-se que ela foi aumentando ao longo dos anos. Em 2015, os custos e despesas do clube foram 71,62% superiores ao total da receita líquida ao final do exercício. Em 2016, o cenário apresentou uma pequena melhora, pois esse percentual reduziu para 52,02%, já em 2017, a situação ficou positiva, pois o clube obteve um lucro líquido de 0,39% em relação ao total da receita líquida apurada.

Analisando o giro do ativo, observa-se que em 2015 o clube obteve como receita líquida o equivalente a 16,27% do total que foi investido. Esse índice sofreu melhoras ao longo dos anos, atingindo o percentual de 32,85% em 2016 e 62,24% em 2017. Essa melhora significa que as aplicações realizadas estão apresentando um bom desempenho e os investimentos tem boa capacidade de produzir receitas operacionais.

4.2.4 Grêmio Esportivo Brasil

O Grêmio Esportivo Brasil foi fundado em 07 de setembro de 1911 a partir de uma discussão entre atletas do Sport Club Cruzeiro do Sul e colaboradores da extinta cervejaria Haertel em Pelotas. Na ocasião, colaboradores da cervejaria estavam colocando uma cerca ao redor do campo e quando os atletas apareceram para treinar, imediatamente foram convocados a cooperar com a obra e adiar o treinamento. Esse pedido não agradou aos jogadores, que foram embora. Dois rapazes inconformados com o ocorrido saíram caminhando juntos e discutindo a ideia da criação de um novo clube, após esse diálogo foi marcada uma reunião e, passadas algumas assembleias foi formada a primeira diretoria, tendo Dario Feijó como presidente (GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL, 2018).

O primeiro jogo do Grêmio Esportivo Brasil foi uma partida amistosa contra o Sete de Setembro de Pelotas, que terminou empatado em 2 a 2. A primeira vitória foi conquistada em 1912, também em uma partida amistosa contra a equipe Tiradentes pelo placar de 2x0. Somente em 1913 a equipe passou a disputar partidas oficiais,

ingressando pela primeira vez no campeonato citadino (GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL, 2018).

Em 1919 surgiu um novo desafio: o primeiro Campeonato Gaúcho da História. Embalado pelo tricampeonato citadino, o Brasil encarou 16 horas de viagem em um navio a vapor de Pelotas a Porto Alegre e aplicou uma goleada de 5 a 1 sobre o Grêmio Football Porto Alegrense na decisão do campeonato, sendo o primeiro campeão gaúcho de todos os tempos (GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL, 2018).

Após várias décadas vitoriosas, em 15 de janeiro de 2009 foi escrito o capítulo mais triste da história do clube. Após a disputa de um amistoso em Santa Cruz, o ônibus que transportava a delegação no retorno para Pelotas perdeu o controle e tombou em uma curva próximo ao município de Canguçu. O veículo despencou de um barranco de quase quarenta metros, causando a morte de três atletas e deixando vários feridos (GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL, 2018).

Dentre as suas maiores conquistas destacam-se o título do primeiro Campeonato Gaúcho da história em 1919 e o terceiro lugar na classificação geral do Campeonato Brasileiro em 1985, que é considerada a melhor campanha de um clube gaúcho em campeonatos brasileiros, inclusive tendo eliminado o Flamengo de Zico e Zagallo (GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL, 2018).

4.2.4.1 Apresentação das demonstrações contábeis

Assim como várias equipes do futebol brasileiro, o Grêmio Esportivo Brasil também está atento ao que determina a Lei Pelé. Dessa forma, adota práticas de transparência em suas informações contábeis, realizando a publicação das mesmas em seu site oficial. A Tabela 13 evidencia quais são as informações mais significativas dos últimos três exercícios.

Tabela 13 – Principais informações contábeis do Grêmio Esportivo Brasil

Valores expressos em milhares de reais			
	2017	2016	2015
Ativo total	1.230	327	238
Ativo circulante	540	106	39
Caixa e equivalentes de caixa	510	46	39

(continua)

(conclusão)

Valores expressos em milhares de reais			
	2017	2016	2015
Estoques	-	-	-
Contribuições a recuperar	25	-	-
Empréstimos a funcionários	5	60	-
Ativo não circulante	690	221	199
Realizável em longo prazo	-	-	-
Imobilizado	228	221	199
Intangível	462	-	-
Passivo total + PL	1.230	327	238
Passivo circulante	3.896	1.557	823
Passivo não circulante	3.869	4.105	4.324
Patrimônio líquido	(6.535)	(5.335)	(4.909)
Receita líquida	12.847	12.121	7.750
Superávit / Déficit	(1.199)	(425)	(535)

Fonte: Adaptado de Grêmio Esportivo Brasil (2018).

Através dos dados apresentados na tabela acima é possível identificar que o clube possui baixo ativo imobilizado e não apurou receita líquida considerável, além disso, o seu patrimônio líquido está a descoberto, fato que se repetiu nos últimos anos. Isso se deve principalmente ao déficit apurado nos últimos exercícios.

4.2.4.2 Análise das demonstrações contábeis através de índices

4.2.4.2.1 Índices de liquidez

Após coletar as demonstrações contábeis do Grêmio Esportivo Brasil, foi possível calcular os principais índices de liquidez, conforme podem ser visualizados na Tabela 14.

Tabela 14 – Índices de liquidez do Grêmio Esportivo Brasil

	2017	2016	2015
Liquidez geral	0,0695	0,0187	0,0076
Liquidez corrente	0,1386	0,0681	0,0474
Liquidez seca	0,1386	0,0681	0,0474
Liquidez imediata	0,1309	0,0295	0,0474

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através dos resultados encontrados é possível identificar uma melhora em todos os índices de liquidez, pois os mesmos tiveram aumento ao longo dos exercícios.

Analisando individualmente, pode-se observar que a liquidez geral sofreu um pequeno aumento entre 2015 e 2017. Em 2015 o clube não possuía sequer R\$ 0,01 de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações com mesmo prazo de vencimento. Em 2016 este índice praticamente se manteve igual e em 2017 o clube passou a dispor de R\$ 0,06 de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações também de curto e longo prazo.

A liquidez corrente também sofreu aumentos ao longo dos anos. Em 2015 o clube possuía R\$ 0,04 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações também de curto prazo. Em 2016 este valor aumentou para R\$ 0,06 e em 2017 o clube obteve o melhor índice dos últimos três anos, quando passou a dispor de R\$ 0,13 de recursos de curto prazo para honrar suas dívidas com o mesmo prazo de vencimento.

Como o clube não possui estoques e a liquidez seca visa calcular a capacidade de pagamento da empresa desconsiderando os mesmos, os resultados encontrados foram exatamente iguais aos da liquidez corrente. Dessa forma, conclui-se que este índice também obteve melhoras ao longo dos exercícios, encerrando 2017 com R\$ 0,13 de recursos de curto prazo para honrar suas dívidas também de curto prazo.

A liquidez imediata considera apenas os recursos financeiros disponíveis, dessa forma pode ser considerado um índice pessimista. Em 2015 o clube possuía R\$ 0,04 de recursos disponíveis para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Em 2016 ocorreu uma pequena queda, porém, em 2017 o clube passou a contar com R\$ 0,13 de recursos prontamente conversíveis em dinheiro para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Apesar da melhora, ainda é um índice baixo e indica que o clube terá dificuldades para honrar com suas obrigações utilizando apenas recursos próprios.

4.2.4.2.2 Índices de endividamento

Através desses índices é possível avaliar o grau de endividamento dos clubes, dessa forma, os resultados encontrados podem ser visualizados na tabela 15.

Tabela 15 – Índices de endividamento do Grêmio Esportivo Brasil

	2017	2016	2015
Participação do capital de terceiros	-118,82%	-106,13%	-104,85%
Composição do endividamento	50,17%	27,50%	15,99%
Endividamento geral	631,30%	1731,50%	2162,61%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando os períodos analisados, pode-se observar que o clube possui altos índices de endividamento. Além disso, apenas o endividamento geral sofreu reduções sucessivas.

Analisando a participação do capital de terceiros, observa-se que a mesma apresentou um percentual alto devido ao déficit apurado em todos os exercícios. Em 2015 essa participação foi 104,85% superior ao capital próprio do clube. Nos anos seguintes ocorreu uma piora neste índice, atingindo 118,82% em 2017.

No que diz respeito à composição do endividamento, também ocorreu um aumento no percentual das obrigações de curto prazo em relação ao total de seu endividamento junto a terceiros. Em 2015 o clube possuía 15,99% de obrigações de curto prazo em relação ao total de obrigações junto a terceiros. Em 2016 ocorreu um aumento, onde o percentual foi de 27,50% e, em 2017 o clube atingiu a marca de 50,17% de obrigações de curto prazo.

Apesar do aumento nos demais índices, o endividamento geral diminuiu ao longo dos anos, o que representa uma situação positiva. Em 2015, o clube apresentou um percentual de 2.162,61% de recursos de terceiros em relação ao total de recursos aplicados na atividade. A partir de então ocorreu uma redução sucessiva, caindo para 1.731,50% em 2016 e 631,30% em 2017. Esse percentual ainda é elevado, porém destaca-se a redução que ocorreu durante o período analisado.

4.2.4.2.3 Índices de rentabilidade

Por fim, foram analisados os índices de rentabilidade do clube, os quais podem ser visualizados na tabela 16.

Tabela 16 – Índices de rentabilidade do Grêmio Esportivo Brasil

	2017	2016	2015
TRI	-97,48%	-129,97%	-224,79%
TRPL	18,35%	7,97%	10,90%
Margem líquida	-9,33%	-3,51%	-6,90%
Giro do ativo	1044,47%	3706,73%	3256,30%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A taxa de retorno sobre investimentos estabelece uma relação entre o lucro líquido e o ativo total. Como o clube apurou déficit em todos os períodos analisados, os resultados encontrados foram negativos. Em 2015 o clube apresentou resultado negativo de -224,79%, porém ocorreu uma queda nesses percentuais ao longo dos anos, encerrando 2016 com -129,97% e 2017 com percentual negativo de -97,48%. Apesar de essa redução representar um fator positivo, os valores encontrados demonstram que os investimentos não estão gerando retorno para o clube.

Analisando a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, observa-se que em 2015 o mesmo representou para a entidade um retorno de 10,90% para cada R\$ 1,00 que foi investido. Em 2016 ocorreu uma queda, quando o resultado encontrado foi de 7,97%, porém, em 2017 o clube obteve o maior retorno dos últimos três anos, atingindo o percentual de 18,35% para cada R\$ 1,00 investido.

Verificando a margem líquida do clube observa-se que em nenhum momento da análise o mesmo obteve lucro em relação às suas receitas. Em 2015, os custos e despesas foram 6,9% superiores ao total da receita líquida apurada. Esse percentual reduziu para 3,51% em 2016 e voltou a apresentar crescimento em 2017, quando ao final do exercício constatou-se que os custos e despesas do ano foram 9,33% superiores à receita líquida do mesmo período.

Por fim, através do giro do ativo observa-se que em 2015 o clube obteve como receita líquida 3.256,30% do total que foi investido. Em 2016 ocorreu um pequeno aumento neste índice, porém, em 2017 verificou-se uma queda considerável no mesmo, embora ainda represente um cenário positivo, uma vez que

sua receita líquida representou 1.044,47% do total investido no clube. Esses percentuais representam uma situação positiva para a entidade, pois demonstram que os investimentos realizados possuem boa capacidade de gerar receitas operacionais.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar a coleta dos dados, cálculo dos índices e interpretação dos resultados obtidos, conclui-se que os clubes analisados não apresentaram índices satisfatórios, isso se deve a vários fatores que influenciam diretamente na geração de receitas, causando redução no retorno esperado e conseqüentemente necessidade de obtenção de recursos de terceiros para tornar possível a realização de suas atividades.

Essa necessidade de utilização de capital de terceiros faz com que os índices de liquidez se tornem baixos, demonstrando a dificuldade que os clubes têm para honrar com suas obrigações utilizando apenas recursos próprios de curto e longo prazo.

Um dos fatores que influenciam diretamente na análise das receitas dos clubes de futebol é o quadro de incerteza na realização da mesma. Considerando este cenário e analisando a receita dos clubes estudados é possível visualizar que juntos eles geraram uma receita líquida de R\$ 610.996 milhões em 2017, conforme se pode observar na tabela 17.

Tabela 17 – Variação da receita líquida nos últimos três anos

Valores expressos em milhares de reais					
Clube	2017	Variação	2016	Variação	2015
Grêmio	341.252	49,20%	228.721	20,18%	190.318
Internacional	228.012	-14,56%	266.860	19,07%	224.123
Juventude	28.885	70,98%	16.894	102,57%	8.340
Brasil	12.847	5,99%	12.121	56,40%	7.750
Total	610.996	16,47%	524.596	21,85%	430.531

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando os períodos analisados verifica-se que todos geraram um aumento nas receitas, com exceção do Sport Club Internacional entre os anos de 2016 e 2017, onde ocorreu uma redução de 14,56% no total de sua receita líquida.

Dentre os clubes que apresentaram aumento, destaca-se o Esporte Clube Juventude, pois obteve um aumento de 102,57% de sua receita entre os anos de 2015 e 2016.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA de 2016 e 2017 foi de 6,29% e 2,95% respectivamente. Dessa forma, dentre os clubes que apresentaram aumento de sua receita líquida também houve um crescimento real em todos os anos analisados, pois as variações positivas foram superiores ao IPCA do ano.

No que diz respeito à participação de capital de terceiros, chama a atenção os percentuais negativos do Grêmio Football Porto Alegrense em 2015, 2016 e 2017, do Esporte Clube Juventude em 2017 e do Grêmio Esportivo Brasil também em 2015, 2016 e 2017. Isso ocorreu em virtude de seu patrimônio líquido estar a descoberto devido aos déficits acumulados de exercícios anteriores, conforme pode-se observar nas tabelas 1, 9 e 13 respectivamente. Porém, os clubes já estão adotando uma série de medidas visando reverter essa situação a médio e longo prazo.

Ainda considerando a participação de capital de terceiros o Esporte Clube Juventude apresentou em 2016 uma participação 270.536,84% superior ao seu capital próprio, afinal, conforme a tabela 9, neste mesmo ano o clube apurou déficit de R\$ 8.788 milhões, que contribuíram para que seu patrimônio líquido fosse de apenas R\$ 19 mil. Dessa forma, sendo necessária a utilização de R\$ 51.402 milhões em capitais de terceiros.

Ao analisar o endividamento geral, pode-se observar que o Sport Club Internacional foi o clube que apresentou os menores percentuais em comparação aos demais clubes da amostra. Porém, ocorreram aumentos sucessivos a partir de 2015, pois ao mesmo tempo em que ocorreram reduções no seu patrimônio líquido, foi necessária a utilização de um valor maior de capital de terceiros. Dentre os fatores que contribuíram para essa redução no patrimônio líquido destacam-se os déficits de R\$ 973 mil e R\$ 62.568 milhões em 2016 e 2017 respectivamente.

Alguns fatores foram determinantes para que ocorresse essa variação alta no resultado do Sport Club Internacional entre os anos de 2016 e 2017. Dentre eles pode-se citar a redução da receita líquida de um modo geral e o aumento das despesas operacionais e comerciais, principalmente despesas com marketing e

gastos com folha de pagamento, conforme as notas 22, 23 e 24 que compõem as notas explicativas do clube e que podem ser localizadas no anexo A.

Ainda considerando os índices de endividamento geral, o Grêmio Esportivo Brasil é o oposto do Sport Club Internacional, pois foi o clube da amostra que apresentou os maiores percentuais, embora estejam ocorrendo reduções sucessivas ao longo dos anos.

A tabela 18 permite que seja realizada uma comparação entre os clubes da amostra, levando em consideração somente os indicadores apurados ao final do último exercício.

Tabela 18 – Índices obtidos ao final de 2017 de todos os clubes da amostra

	2017			
	Grêmio	Inter	Juventude	Brasil
Liquidez geral	0,1663	0,2268	0,0943	0,0695
Liquidez corrente	0,3516	0,3956	0,2401	0,1386
Liquidez seca	0,3258	0,3849	0,2355	0,1386
Liquidez imediata	0,0252	0,0044	0,0007	0,1309
Participação do capital de terceiros	-324,57%	261,23%	-11020%	-118,82%
Composição do endividamento	36,85%	40,01%	38,09%	50,17%
Endividamento geral	144,53%	72,32%	100,92%	631,30%
TRI	0,85%	-4,99%	0,24%	-97,48%
TRPL	-1,90%	-18,04%	-26,59%	18,35%
Margem líquida	0,81%	-27,44%	0,39%	-9,33%
Giro do ativo	104,79%	18,20%	62,24%	1044,47%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do momento que são realizadas comparações entre os clubes da amostra considerando somente os indicadores do último exercício, pode-se observar que alguns números são semelhantes, principalmente se comparar os clubes da série A e da série B separadamente. Essa semelhança pode ser visualizada principalmente ao se comparar os índices de liquidez. Os índices do Grêmio e do Internacional são parecidos e o mesmo acontece ao se comparar Juventude com Brasil.

Considerando os índices de endividamento, observa-se que todos possuem percentuais altos, principalmente no tocante a participação de capital de terceiros e

endividamento geral. Quanto à composição do endividamento, o Grêmio é o clube que menos possui obrigações com vencimento em curto prazo.

Apesar de os clubes de futebol serem considerados entidades sem fins lucrativos, muitos almejam encerrar o ano com superávit ou equilíbrio entre receitas e despesas. Dessa forma analisa-se a margem líquida obtida ao final de 2017, onde se percebe uma discrepância entre os clubes. Dentre os clubes da série A, o Grêmio obteve um retorno suficiente para honrar todos os seus custos e despesas e ainda apurou lucro líquido de 0,81% sobre o total da receita líquida do ano. Entretanto, ao analisar o déficit de R\$ 62.568 milhões do Internacional, pode-se concluir que os custos e despesas do ano foram 27,44% superiores à sua receita líquida.

Ao comparar os clubes da série B observa-se que a diferença entre eles é menor. Enquanto o Juventude obteve lucro líquido de 0,39% sobre suas receitas, praticamente mantendo o equilíbrio, o Brasil não conseguiu pagar seus custos e despesas do ano somente com sua receita líquida, pois os mesmos foram 9,33% superiores ao valor auferido no final do exercício.

Além disso, chama a atenção o percentual de endividamento geral do Grêmio Esportivo Brasil, pois o mesmo atingiu o percentual de 631,30%, sendo o maior endividamento geral dos clubes da amostra e também o maior endividamento em curto prazo, com 50,17%.

A partir dos resultados encontrados, fica mais evidente a necessidade de profissionalização da gestão dos clubes de futebol, de modo a tratá-los como empresas e geri-los com responsabilidade, sempre primando pela transparência e confiabilidade das demonstrações. Por isso se torna necessário que os mesmos elaborem suas demonstrações adequadamente e realizem a publicação das mesmas em seus sites oficiais e jornais de grande circulação.

Além disso, fica evidente que os gestores devem ter atenção com relação aos custos com remuneração de atletas e demais encargos relacionados à folha de pagamento, bem como seus custos operacionais, uma vez que não é possível prever com exatidão a realização das receitas em virtude da incerteza quanto a premiações, quadro social, cotas de televisão e bilheteria. Além disso, é preciso ter atenção no que diz respeito aos contratos com atletas, evitando negociações que possam se tornar onerosas ao clube.

Por fim, tendo em vista o cenário de incertezas no tocante à realização das receitas, cabe aos gestores planejarem corretamente os custos e despesas

necessários para a realização de suas atividades de modo a não comprometer o planejamento financeiro da entidade, evitando assim um cenário desfavorável em seus indicadores. Além disso, é necessário que os mesmos utilizem a análise das demonstrações contábeis a seu favor, tornando possível visualizar com mais clareza a atual situação do clube e a partir disso planejar os próximos exercícios de maneira responsável.

5 CONCLUSÃO

O futebol predomina como esporte preferido de muitas pessoas não somente no Brasil, mas em muitos países essa cultura já faz parte da vida de seus habitantes. Dessa forma, os torcedores estão cada vez mais interessados em buscar informações acerca dos diversos assuntos que envolvem a prática do esporte e a gestão de um clube de futebol.

Em virtude desse interesse cada vez maior da população e por movimentar uma quantidade elevada de recursos financeiros, se torna cada vez mais necessário que os clubes se adaptem às normas internacionais de contabilidade e adotem práticas de transparência em sua gestão. Assim, além da informação se tornar acessível para os diversos tipos de usuários, ela possibilita que os diretores realizem avaliações sobre os períodos passados e possam elaborar com mais precisão o seu planejamento futuro.

Entretanto, aliada às práticas de governança e transparência de gestão, é necessário que as demonstrações contábeis sejam elaboradas de forma a atender os padrões internacionais e que estejam em consonância com os controles internos da entidade, de modo a contribuir para que a gestão econômico-financeira seja eficiente e os indicadores econômicos e financeiros sejam satisfatórios.

Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar a situação econômica e financeira dos clubes gaúchos participantes do campeonato brasileiro das séries A e B de 2018, através dos seus principais indicadores.

Dessa forma, visando atingir o objetivo proposto, foram analisadas as demonstrações contábeis dos últimos três anos do Grêmio Football Porto Alegrense, Sport Club Internacional, Esporte Clube Juventude e Grêmio Esportivo Brasil.

Para isso, foi realizada uma pesquisa documental de modo a obter as demonstrações contábeis dos clubes da amostra, em seguida as principais informações contábeis foram organizadas em tabelas, assim sendo possível realizar o cálculo dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Em seguida, optou-se por apresentar os resultados encontrados através de tabelas e análises. Para cada clube foram realizadas análises individuais e, por fim, foi elaborado um capítulo exclusivamente voltado a enfatizar os principais fatos e a

realizar uma comparação entre os quatro clubes que compõem a amostra, utilizando apenas os indicadores do ano de 2017.

A partir das análises pode-se concluir que a maioria dos índices estudados não foram satisfatórios para os clubes da amostra. O que predomina é uma utilização elevada de capital de terceiros que faz com que os índices de liquidez sejam baixos e os de endividamento demasiadamente elevados. Porém, analisando as notas explicativas, observa-se que os mesmos estão adotando uma série de medidas que visam reverter esta situação desfavorável a médio e longo prazo.

Essas medidas já estão surtindo efeito em alguns clubes, como por exemplo, o Grêmio, que nos últimos três anos saiu de um déficit de R\$ 37.555 milhões em 2015 para um superávit de R\$ 2.757 milhões em 2017. Além disso, a sua receita líquida sofreu aumentos sucessivos de um período para outro e o endividamento vem reduzindo ao longo dos anos.

Considerando apenas os índices de liquidez, conclui-se que em todos os anos analisados os clubes apresentaram índices abaixo de 0,5. Entretanto, dentre os resultados encontrados, o Internacional foi o clube que apresentou os melhores índices de liquidez, embora, abaixo do ideal. Isso ocorre em virtude do elevado endividamento associado aos baixos valores que compõem seus ativos a curto e longo prazo.

No que diz respeito aos índices de endividamento, observa-se percentuais elevados. Muitos clubes da amostra utilizam um valor considerável de capital de terceiros em comparação ao seu capital próprio, isso se deve principalmente ao fato de que os mesmos apuram déficits ano após ano, o que ocasiona um acúmulo desse resultado negativo em seu patrimônio líquido. Além disso, ocorreram diversas variações nesses indicadores ao longo dos anos estudados, ora com melhora entre um período e outro, ora com piora significativa. Isso demonstra a dificuldade que os clubes têm para reduzir seu endividamento, além da dificuldade para realizar suas atividades contando apenas com seus recursos próprios, sendo necessário cada vez mais buscar recursos junto a instituições financeiras a fim de manter uma equipe competitiva e honrar seus compromissos com atletas e funcionários.

Analisando os resultados encontrados nos índices de rentabilidade, pode-se observar que, em virtude dos déficits apurados ao longo dos anos, muitos clubes apresentaram uma taxa de retorno sobre investimentos baixa e, até mesmo, percentuais negativos em alguns casos. A exceção foi o Grêmio em 2016, quando,

em razão do superávit de R\$ 35.327 milhões, apresentou uma taxa de retorno de 10,89% sobre o total do capital investido. Esse percentual foi o maior dentre os clubes da amostra considerando os três anos da pesquisa.

Ao observar a margem líquida, chama a atenção o fato de que a maioria dos clubes da amostra não gerou receita suficiente para honrar com seus custos e despesas, que chegaram a ser 71,62% superiores à receita líquida, como é o caso do Juventude em 2015.

Dessa forma, pode-se concluir que os resultados encontrados oscilaram de forma significativa ao longo dos anos, porém, cientes de que é necessária uma reorganização financeira, os clubes estão adotando uma série de práticas de governança e gestão a fim de reverter essa situação. Em alguns casos essa mudança já é visível, embora em outros ainda seja tímida, porém, vale salientar a mudança de comportamento dos dirigentes e a consciência de que é necessário tratar o clube como empresa e geri-lo com responsabilidade, para que não haja dificuldades financeiras e a competitividade não seja comprometida.

Além disso, através deste trabalho é possível comprovar que as hipóteses levantadas no início do estudo são verdadeiras, pois os clubes estão realizando a publicação das suas demonstrações contábeis de acordo com as normas do CFC. Essa prática faz com que sua gestão seja transparente, embora ainda sejam pouco eficientes em virtude de não apresentarem bons índices econômicos e financeiros.

Após a conclusão do trabalho, observa-se que diversos aspectos podem ser abordados em pesquisas futuras. Dentre eles, pode ser realizada uma análise da gestão como um todo, levando em consideração os relatórios de auditoria e as demonstrações contábeis dos clubes.

Além disso, a amostra e os períodos analisados podem ser ampliados, a fim de realizar o estudo considerando os grandes clubes do futebol brasileiro de acordo com o ranking da CBF e verificar se as medidas que estão sendo tomadas para profissionalizar a gestão estão apresentando resultados satisfatórios dentro e fora de campo.

REFERÊNCIAS

1903: Revista oficial do Grêmio Football Porto Alegrense. Porto Alegre: Grupo Monvie, n. 4, 2014. Bimestral.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços:** Um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 08 maio 2018.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051565/pages/_1>. Acesso em: 25 maio 2018.

BAZZI, Samir (Org.). **Análise das demonstrações contábeis.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543017853/pages/-14>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1941). **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasília, 14 abr. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. **Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975.** Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Brasília, 08 out. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1970-1979/L6251.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. **Lei nº 6.354, de 02 de setembro de 1976.** Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Brasília, 02 set. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6354.htm#art33>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. **Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993.** Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 06 jul. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8672.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências. Brasília, 24 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003.** Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, 15 maio 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Sobre a CBF:** Histórico/Gestão Atual. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/index/a-cbf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE:** ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional. 2013. Disponível em: < http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1429.pdf >. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE:** NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2017. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf)>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE:** NBC ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva. 2017. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003(R1).pdf)>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. **RESOLUÇÃO CFC Nº 1.005/04:** Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais. 2004. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1005.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481057/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 16 maio 2018.

ESPORTE CLUBE JUVENTUDE. **Estrutura Física.** Disponível em: <<http://www.juventude.com.br/estrutura-fisica>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ESPORTE CLUBE JUVENTUDE. **Linha do Tempo.** Disponível em: <<http://www.juventude.com.br/linha-do-tempo>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ESPORTE CLUBE JUVENTUDE. **Publicações e Editais.** 2018. Disponível em: <<http://www.juventude.com.br/publicacoes-e-editais>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

GERMANO, Felipe; JOKURA, Tiago. **O futebol chegou ao Brasil de trem – e muito antes de Charles Miller.** 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/o-futebol-chegou-ao-brasil-de-trem-e-muito-antes-de-charles-miller/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/2!/4/2@0:0>>. Acesso em: 29 maio 2018.

GIROTTTO, Maristela. **CFC atualiza a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional**. 2017. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/cfc-atualiza-a-itg-2003-entidade-desportiva-profissional/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

GREMIO ESPORTIVO BRASIL. **História**. Disponível em: <<http://www.gebrasil.com.br/historia/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

GREMIO ESPORTIVO BRASIL. **Portal da Transparência**. 2018. Disponível em: <<http://www.gebrasil.com.br/transparencia/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

GRÊMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE. **Fundação**. Disponível em: <<https://gremio.net/conteudo/index/44>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GRÊMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE. **Portal de Governança**. 2018. Disponível em: <<https://gremio.net/governanca/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GRÊMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE. **Títulos**. Disponível em: <<https://gremio.net/conteudo/index/44>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444507/pages/_1>. Acesso em: 17 mar. 2018.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Fundamentos da contabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Administração e Negócios). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559725650/pages/-2>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 14 set. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não contadores: Para as Áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484829/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 16 maio 2018.

LUZ, Érico Eleuterio da (Org.). **Análise e Demonstração Financeira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543015118/pages/-12>>. Acesso em: 21 maio 2018.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478002/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CARNEIRO JÚNIOR, João Bosco Arbués; KÜHL, Carlos Alberto. **Análise financeira das empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788579872204/pages/-15>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: Instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788532636034/pages/1>>. Acesso em: 27 maio 2018.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015591/cfi/6/2!/4/2@0:0>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MELO, Moisés Moura de; BARBOSA, Sérgio Correia. **Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018. 260 p. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788579873195/pages/1>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

NUNES, Gabriel José Reis. **Evolução da legislação aplicada ao desporto no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/39518/evolucao-da-legislacao-aplicada-ao-desporto-no-brasil>>. Acesso em: 28 maio 2018.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466795/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade Geral**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Gestão Financeira). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544303719/pages/-2>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PIMENTEL, Matheus. **Campeonato Brasileiro: história conturbada, disputas por dinheiro e paixão nacional**. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/05/14/Campeonato-Brasileiro->

hist%C3%B3ria-conturbada-disputas-por-dinheiro-e-paix%C3%A3o-nacional>. Acesso em: 21 ago. 2018.

RESENDE, Igor. **Pontos corridos chegam à 15ª edição do Brasileirão; veja os melhores e os piores no formato.** 2017. Disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/694235_pontos-corridos-chegam-a-15-edicao-do-brasileirao-veja-os-melhores-e-os-piores-no-formato>. Acesso em: 31 ago. 2018.

RONDINELLI, Paula. **Campeonato Brasileiro.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/campeonato-brasileiro.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SAPORITO, Antônio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis.** Curitiba: Intersaberes, 2015. (Gestão Financeira). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302255/pages/-2>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/cfi/6/2!/4/2@0:0>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, Sidney Barbosa da. **História do Inter de Porto Alegre.** 2016. Disponível em: <https://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_inter_rs.htm>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SILVA, Sidney Barbosa da; LUCAS, Marco da Silva. **História do futebol gaúcho.** 2015. Disponível em: <https://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_fut_rgsul.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SPORT CLUB INTERNACIONAL. **O princípio do clube do povo.** Disponível em: <<http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=1&setor=1&secao=1>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SPORT CLUB INTERNACIONAL. **Patrimônio.** Disponível em: <<http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=1&setor=279&secao=273>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SPORT CLUB INTERNACIONAL. **Portal da Transparência.** 2018. Disponível em: <<http://transparencia.internacional.com.br/category/2>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

TURRER, Rodrigo. **Dá para o futebol brasileiro sair do buraco financeiro?** Um grupo de especialistas acredita ter descoberto como medir, de uma vez só, o potencial de sucesso de um clube e sua saúde financeira. 2015. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/da-para-o-futebol-brasileiro-sair-do-buraco-financeiro.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502629857/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2018.

WIGHTMAN, Joana. **Grupo discute normas contábeis para clubes de futebol**. 2017. Disponível em: <<http://cfc.org.br/destaque/grupo-discute-normas-contabeis-para-clubes-de-futebol/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – NOTAS EXPLICATIVAS DE 2016 E 2017 DO SPORT CLUB
INTERNACIONAL92

**ANEXO A – NOTAS EXPLICATIVAS DE 2016 E 2017 DO SPORT CLUB
INTERNACIONAL**

Nota 22 – Receita líquida da atividade (valores expressos em reais)		
	2017	2016
Arrecadação de jogos	12.450.740	11.643.929
Cotas de TV	107.839.235	154.464.747
Negociações de atletas	25.877.833	19.558.612
Patrocínios	31.305.133	28.823.007
Sociais	55.782.613	61.713.438
Estacionamento	1.812.487	1.970.142
Locações	919.829	1.286.689
Publicidade	3.381.190	5.403.162
Licença de logomarca	2.833.973	4.876.696
Premiações	-	100.000
Promoções / Eventos	774.737	1.029.658
Loteria esportiva	2.875.535	1.776.706
Indenizações	8.520	3.957
Ensino / Educação	53.350	-
Receita bruta das atividades	245.915.175	292.650.813
Deduções arrecadação de jogos	(5.410.796)	(6.467.636)
Dedução de direitos de televisionamento / marketing	(12.461.798)	(14.065.381)
Deduções direitos econômicos	(30.326)	(5.252.251)
Deduções	(17.472.870)	(25.785.268)
Receita líquida das atividades	228.012.255	266.865.545

Nota 23 – Custos operacionais das atividades (Valores expressos em reais)		
	2017	2016
Pessoal e benefícios	108.086.366	88.812.361
Direito de imagens	30.571.754	30.299.382
Empréstimos de atletas	362.360	1.266.570
Baixa de direitos federativos de atletas	4.965.684	8.627.668
Amortização de atletas	34.332.811	12.244.623
Comissões sobre transações de atletas	1.780.376	96.000
Logística	4.706.931	6.153.527
Serviços de terceiros	4.636.980	5.236.363
Serviços de apoio	3.318.862	3.577.008
Material de consumo	3.659.092	2.997.988
Gratificações de atletas	2.378.702	4.910.908
Manutenção	-	3.929
Obrigações legais	18.619.385	8.537.062
Aluguéis	4.616.108	4.308.983
Recuperação de custos e formação de atletas	(10.478.915)	(8.521.466)
Comunicação	81.122	-
Divulgação oficial	110.172	112.355
Energia e utilidades	289.587	249.580
Tarefas	356.808	297.532
Depreciação	379.000	648.139
Mecanismo de solidariedade	24.493	279.588
Intermediação	576.668	-
Custos operacionais da atividade	213.374.346	170.138.100

Nota 24 – Despesas comerciais (Valores expressos em reais)		
	2017	2016
Marketing	17.395.162	5.217.329
Mídia	2.167.389	2.825.843
Despesas comerciais	19.562.551	8.043.172

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas notas explicativas do Sport Club Internacional (p. 51 e 52).